

O CURSO DE HISTÓRIA APRESENTA:

SEMANA DE HISTÓRIA

TRAVESSIAS: RECANTOS, CONTOS E
CANTOS DE NOSSA GENTE

2 A 5 DE ABRIL - 2019
PUC MINAS CORAÇÃO EUCARÍSTICO

CADERNO DE RESUMOS



1958 • 2018
60 anos vivendo o futuro



PUC Minas



FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

S471r Semana de História
[Resumos] da Semana de História: Travessias recantos, contos e cantos de nossa gente / organizadores: Bertha Luiza Moutinho... [et al.]. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2019. - (Coleção Caderno de Resumos).
122 p.: il.

ISSN: 2178-1044

Outros Organizadores: Fernanda Mendes Santos, Jacyra Antunes Parreira, Juliana de Souza Soares, Mariana Brescia Cruz, Mateus Roque da Silva, Raissa Quiterio Dias, Silvia Maria Amancio Rachi Vartuli.

1. História - Minas Gerais. 2. Cultura. 3. Arte. 4. Educação. 5. Economia. 6. História - Congressos. I. Moutinho, Bertha Luiza. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Instituto de Ciências Humanas. III. Título.

SIB PUC MINAS

CDU: 380.830.4

Ficha catalográfica elaborada por Fabiana Marques de Souza e Silva - CRB 6/2086



Bertha Luiza Moutinho, Fernanda Mendes Santos, Jacyra Antunes Parreira, Juliana de Souza Soares, Mariana Brescia Cruz, Mateus Roque da Silva, Raissa Quiterio Dias, Silvia Maria Amancio Rachi Vartuli (Org.)

TRAVESSIAS: RECANTOS, CONTOS E CANTOS DE NOSSA GENTE

Caderno de Resumos da Semana de História

1ª Edição

Belo Horizonte
PUC Minas
2019



Belo Horizonte
Instituto de Ciências Humanas – PUC Minas
2 a 5 de abril de 2019

Grão-chanceler da PUC Minas
Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor da PUC Minas
Prof. Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-reitora da PUC Minas
Prof.^a Patrícia Bernardes

Chefe de Gabinete da PUC Minas
Prof. Paulo Roberto de Sousa

Diretora do Instituto de Ciências Humanas
Prof.^a Carla Ferretti Santiago

Chefe de Departamento e Coordenadoria do Curso de História
Prof.^a Jacyra Antunes Parreira

Realização
Departamento de História – PUC Minas
Comissão Organizadora da Semana de História.
Travessias: Recantos, contos e cantos de nossa gente



Comissão Organizadora

Bertha Luiza Moutinho	Mariana Brescia Cruz
Fernanda Mendes Santos	Mateus Roque da Silva
Jacyra Antunes Parreira	Raissa Quiterio Dias
Juliana de Souza Soares	Silvia Maria Amancio Rachi Vartuli

Equipe de Apoio

Ana Clara Alves Leite	Ludmila Maria Paulino Rocha
Ana Lúcia de Paula Santos	Marcela Menezes Dutra Coelho
Andressa Lopes G. Marques Menezes	Maria Eduarda Fernandes Albuquerque
Bruna Carolina da Silva	Mariana Carvalho Monteiro
Carolina Fernandes Del Rio Hamacek	Marília Persechini Mendes
Carolina Maria de Oliveira	Mateus Gomes da Silva
Christhian Henrique Pereira Oliveira	Matheus Henrique de Jesus Jesuino
Daniel Santos Lage	Natália Cristina Silva Morais
Daniele Reis Souza	Nilo Correa de Queiroga Neto
Douglas Felipe Gonçalves de Almeida	Pamela Silva Barbosa
Elma Lopes Matins	Paula de Souza Ribeiro
Gabriel Augusto Maurilio de Oliveira	Pedro Gabriel Soares Hermenegildo
Gabriele Marina da Silva	Raul Filipe da Silva Oliveira
Gabriella Teixeira Fonseca	Thais Andrade Alvim
Isabella Bahillo Neves	Thamiris Fernandes Rodrigues
Isabella dos Santos Paranhos	Theodoro Zanon Viana Faria
Jessica Lima de Oliveira	Túlio Simões Gontijo
Karolinnne de Souza Tinoco	Victoria Ballardin Santos
Letícia Costa Marcolan	



Equipe de Audiovisual

Albert Drummond Lopes
Gabriel Ermano Silva Neves

Isabella Lyra de Melo Franco
Tatiana Castro Junqueira

Editoração

Mateus Roque da Silva

Apoio Secretaria Acadêmica do Curso de História – ICH – PUC Minas

Cláudio Lucas Neres Correia
Durcinéia Márcia Silva
Guilherme Bastos de Jesus
Guilherme Henrique Moreira Miranda
Jefferson Diogo Estevão dos Santos

Marília Eunice de Assis
Ronan Fernandes dos Santos
Samuel Lucas Dumer
Vera Lúcia Rocha Silva
Victor de Oliveira Cerdeira Santos

Apoio Biblioteca Padre Alberto Antoniazzi – PUC Minas

Roziane do Amparo Araújo Michielini - CRB 6/2563



Sumário

Apresentação	6
Simpósio Temático – Cultura de nossas gerais: Cinema, Literatura, Arquitetura e Música	8
Resumo das Comunicações do ST – Cultura de nossas gerais: Cinema, Literatura, Arquitetura e Música.....	10
Simpósio Temático – Arte de nossas gerais: Folclore, Pintura, Fotografia e Dança	24
Resumo das Comunicações do ST – Arte de nossas gerais: Folclore, Pintura, Fotografia e Dança.....	26
Simpósio Temático – Educação e ensino de história em Minas Gerais	42
Resumo das Comunicações do ST – Educação e ensino de história em Minas Gerais.....	44
Simpósio Temático – Economia e política nas Minas	62
Resumo das Comunicações do ST – Economia e política nas Minas.....	63
Simpósio Temático – Religiosidade nas Minas	77
Resumo das Comunicações do ST – Religiosidade nas Minas.....	78
Simpósio Temático – Ofícios e relações de trabalho nas Minas	87
Resumo das Comunicações do ST – Ofícios e relações de trabalho nas Minas ..	89
Simpósio Temático – Movimento de resistência em Minas Gerais	101
Resumo das Comunicações do ST – Movimentos de resistência em Minas Gerais.....	103



APRESENTAÇÃO

“Hoje faço, com meu braço, o meu viver”....

Travessia: recantos, contos e cantos de nossa gente é um evento acadêmico dedicado, de maneira exclusiva, à história de Minas Gerais. O título inspira-se na música *Travessia* escrita por Fernando Brant e imortalizada na voz de Milton Nascimento. A intenção é compreender traços característicos na formação de Minas, marcada por especificidades desde seu surgimento como capitania em 1720. Queremos, assim, atravessar estradas, descortinar caminhos e cruzar margens, evidenciando aspectos econômicos, políticos e socioculturais de mulheres e homens que aqui viveram e vivem. Escravizados e seus descendentes, livres pobres que desenharam a trajetória de uma terra que, mesmo (nascida da) e submetida à mineração, fez-se efervescente e rica em expressões artísticas e saberes. Por isso, os simpósios temáticos abordam temas de diferente natureza. Em **“Cultura de nossas Gerais: cinema, arquitetura, literatura e música”**, e **“Arte de nossas Gerais: folclore, pintura, fotografia e dança”** evidenciam-se, por meio dos trabalhos, a pujança cultural de Minas Gerais e os diferentes espaços de expressão identitária da população. No ST **“Educação e ensino de História em Minas Gerais”**, tanto temas ligados à História da Educação, quanto relacionados aos processos de escolarização, aos conteúdos, à legislação educacional e às práticas pedagógicas referentes ao ensino de História são matéria de debate neste importante momento de reflexão sobre o lugar e o papel do ensino de história no cenário educativo nacional. Os simpósios **“Economia e política nas Minas”**, assim como **“Ofícios e relações de trabalho nas Minas”** abrem espaço para o entendimento das estruturas econômicas e das relações de poder e trabalho desenvolvidas na região desde o século XVIII até a atualidade. **“Religiosidade nas Minas”** traz à tona toda riqueza e pluralismo das práticas religiosas, festas, ritos e crenças que coloreem Minas Gerais em sua história. Por fim, **“Movimentos de resistência em Minas Gerais”** apresenta trabalhos que desencobrem trajetórias de lutas pela



sobrevivência e por direitos, demonstrando como os sujeitos construíram e constroem, com seus braços, o próprio viver!

Sílvia Rachi

Membra da comissão organizadora da *Semana de História - Travessias: recantos, contos e cantos de nossa gente*



SIMPÓSIO TEMÁTICO – CULTURA DE NOSSAS GERAIS: CINEMA, LITERATURA, ARQUITETURA E MÚSICA

Coordenação

Mário Cléber Martins Lanna Júnior

Doutor em História Social pela UFRJ

Professor do departamento de História da PUC Minas

mariolanna@gmail.com

Comunicações

1. BANDEIRA. Klenio Daniel Milagres. *“Minas Geraes”*: Uma investigação sobre símbolos da mineiridade na obra de Milton Nascimento.
2. CORRÊA. Bernardo Mascarenhas. *Modernidade conservadora desfocada: estudo do edifício Acaiaca na ascensão da Pampulha.*
3. FONSECA JÚNIOR. Alexandre Luiz Ribeiro da. *Pelo ouvido, envenenar-se: a poética paradoxal, moderna e transcultural em Guimarães Rosa a partir do caso de “Maria Mutema”.*
4. GOMES. Wemerson Felipe; SOUZA. Bheatriz Alexsandra Rocha de. *Nostalgia, angústia e expectativa em A Capital, de Avelino Fóscolo.*
5. LIMA. Augusto Almeida. *Por uma Micro-História de Ações Coletivas – O Caso dos Festivais de Cultura em Minas Gerais.*
6. LOPES. Albert Drummond. O ofício do historiador na prática: o ICMS cultural e suas atuais demandas e interfaces.
7. NASCIMENTO. Leonardo Henrique Alves de Lima; SILVA. Gleyber Eustáquio Calaça. *Blood Spits, Violences and Insults: Movimentos Sociais, música e fontes históricas.*
8. SILVA. Gabriel Moura. *Pelos trilhos das Gerais: Literatura, História e Memória da resistência ferroviária de Divinópolis – MG (1952), em “A hora próxima” (1955) de Alina Paim.*



9. SILVA, Mateus Roque da. *Da lúgubre corrente a plena liberdade: a representação negra nos jornais sabarenses às vésperas da abolição (1888)*.



Resumo das Comunicações do ST – Cultura de nossas gerais: Cinema, literatura, arquitetura e música

1. “Minas Geraes”: Uma investigação sobre símbolos da mineiridade na Obra de Milton Nascimento

Klenio Daniel Milagres Bandeira
Graduado em Música pela UFSJ
kleniodaniel@hotmail.com

Palavras-chave: Mineiridade, Milton Nascimento, Clube da Esquina, Patrimônio Cultural do Brasil, Música Popular Brasileira.

Formado em Minas Gerais na segunda metade do século XX, o chamado “Clube da Esquina” é aclamado por músicos de diferentes gerações como um dos grandes nomes da música popular. A miscelânea de influências culturais de cada um de seus membros talhou o chamado “Som de Montanha”, acrescentando assim mais uma representação estética e sonora dentro da concepção de mineiridade. Este trabalho tem como objetivo realizar apontamentos sobre as influências da cultura popular mineira contidas na obra de um dos fundadores deste Clube e principal referência do mesmo, Milton Nascimento, passeando pelas manifestações que vão desde a tradição oral como cantigas de roda até os já considerados como Patrimônio Cultural do Brasil, como o Toque dos Sinos em Minas Gerais.



2. Modernidade conservadora desfocada: estudo do edifício Acaiaca na ascensão da Pampulha

Bernardo Mascarenhas Corrêa

Graduando em História pela PUC Minas
ber9417@gmail.com

Palavras-chave: Modernidade, Belo Horizonte, Edifício Acaiaca.

No início do século XX, o mote de modernização brasileira prescrevia o crescimento das cidades de forma “higiênica” e ordenada, de inspiração positivista (criação de Belo Horizonte 1894-1897, reforma na capital do Brasil por Pereira Passos em 1903). Posteriormente, na segunda investida do Estado, o ideal de moderno era acompanhar o que estava em voga nos países de vanguarda artística (CEDRO, 2016). Nesta monografia que está em andamento, estuda-se como se comportava a região central de Belo Horizonte, em relação ao que se entende por moderno, a partir do olhar midiático e da população sobre o Edifício Acaiaca: como foi dada a negociação do empreendimento; como as legislações vigentes no período auxiliaram ou tolheram a construção do arranha céu; as impressões causadas pelo Edifício Acaiaca, observadas através de crônicas encontradas em periódicos dentre outros; quais camadas sociais o frequentavam; e se realmente era um local de “comportamento refinado”. Momento no qual a centralidade de Belo Horizonte perde o destaque para a Pampulha (região norte da cidade, além da Avenida do Contorno ou Avenida 17 de Dezembro). A fase de verticalização intensa no centro de Belo Horizonte ocorrida entre 1935 e pelos anos iniciais de 1940 são tratados por ciclo dos Arranha-céus (CHACHAM, 1994). O Edifício em questão foi erigido em finais do período destacado (1943-1947). Antes de sua instalação havia em toda a quadra, onde hoje se encontra o espigão, a sede Metodista de Belo Horizonte que lá se instalou, devido à doação do terreno pelo governo estadual de Minas Gerais, nos primeiros anos do século XX. Para a negociação entre metodistas e capitalista ocorreu especulação imobiliária, resultando na transação de maior valor até então na capital mineira, (MIRANDA, 2017). A metodologia da pesquisa baseia-se no uso de imagens encontradas no Museu Histórico Abílio Barreto, a fim de ilustrar e melhor situar o leitor no momento e local estudados; encartes, anúncios e crônicas de jornais e periódicos presentes na



Hemeroteca Histórica, com o intuito de por meio destes retirar informações sobre as impressões da imprensa e mídia. Além de quais tipos de estabelecimentos eram lotados no Edifício Acaiaca. São utilizados como alicerces bibliográficos fora os já citados: as pesquisadoras Letícia Julião e Anny Jackeline Silveira, estas são precursoras do estudo de Belo Horizonte a partir da visão da modernidade periférica no início do século XX. Ainda se recorre aos estudos de José Domingues sobre modernidade conservadora a qual ocorria/ocorre na América Latina.



3. Pelo ouvido, envenenar-se: a poética paradoxal, moderna e transcultural em Guimarães Rosa a partir do caso de “Maria Mutema”

Alexandre Luiz Ribeiro da Fonseca Júnior
 Graduando em Letras pela UFMG
 alexandre.r.fonseca@hotmail.com

Palavras-chave: Maria Mutema, Transculturação narrativa, Paradoxo, Circularidade Cultural.

O objetivo central deste trabalho é destacar as potencialidades criadoras e criativas de João Guimarães Rosa em Grande Sertão: Veredas a partir, especialmente, do caso de Maria Mutema e do Padre Ponte. Delineia-se a poética do paradoxo, do reversível, do hibridismo, da ambiguidade, das possibilidades diversas em um desenho movente e conduzido ao infinito. Em Maria Mutema, sintetizam-se os elementos mais caros à prosa de Guimarães Rosa, cujo centro se expressa no latente e expressivo intercâmbio entre a esfera erudita e a esfera popular, criando um espaço novo, um espaço do meio, do “meio do caminho”, cuja ultrapassagem e quebra de fronteiras levam a um lugar do entre, do “entre-lugar. Nessa estória, marcada pela oralidade popular, está subjacente todo um requintado pensamento, que dialoga com a filosofia moderna e com a tradição clássica. Maria Mutema, misto de mutismo e de mutação, é a síntese de um paradoxo instalado em solo sertanejo: representa o caos, o indefinível, o acaso. De pecadora, de assassina, a santa, acaba por alegorizar a impossibilidade da fixidez, do binarismo determinista, cuja máxima mais expressiva, em Grande Sertão: Veredas, é o “tudo é e não é”. Assim, em perfeita consonância com a modernidade, com os recursos estéticos vanguardistas e modernos, e com a filosofia moderna, essa simples –apenas em aparência– estória sertaneja instaura o paradoxo como elemento central em um sertão onde “os pastos carecem de fechos”, insuflando em Riobaldo, ouvinte e narrador, as suas dúvidas existenciais. Ademais, como salientado, em constante trânsito entre o popular e o erudito, prefigurando uma rica circularidade cultural, Guimarães, a partir de Maria Mutema – aquela que mata por meio da perfídia das palavras e do veneno inseridos no ouvido –, recria um rei Cláudio – dando-lhe a face sertaneja e feminina –, que, na famosa obra shakespeariana Hamlet, mata o irmão, o rei Hamlet, inserindo veneno em seu ouvido,



perfazendo um interessante diálogo com essa obra clássica da literatura universal. Dessa forma, em todas as suas potencialidades, o caso de Maria Mutema e do Padre Ponte corrobora a tese, a ser desenvolvida neste trabalho, de que Guimarães Rosa é um escritor transculturador, cujo principal objetivo é fazer com que sua literatura transcenda o endogâmico, o lugar de origem, o local, o sertão, e entre em contato com um universo mais amplo, cósmico e cosmopolita, produzindo, a partir daí, uma síntese inesperada entre o regional e o universal.



3. Nostalgia, angústia e expectativa em *A Capital*, de Avelino Fóscolo

Wemerson Felipe Gomes
 Graduado em História pela UniBH
 wemersonfelipe10@gmail.com

Bheatriz Aleksandra Rocha de Souza
 Graduanda em História pela UniBH

Palavras-chave: História, Literatura, Belo Horizonte, Avelino Fóscolo.

O objetivo da comunicação é discutir o processo de construção da nova capital de Minas Gerais, Belo Horizonte - inaugurada em 1897 onde então ficava o arraial do Curral Del Rey, um distrito de Sabará -, e as diversas perspectivas que se apresentaram a partir daí sobre o futuro do novo centro político, econômico e social dos mineiros. Antes mesmo do surgimento de análises sistemáticas no campo da História, da Sociologia e da Geografia sobre os dilemas, as contradições e as possibilidades da transição da capital de Ouro Preto para uma outra região, a literatura já havia retratado algumas dessas questões de um ponto de vista ficcional, mimetizando uma série de argumentos que, naquele momento, eram mobilizados pelos mineiros como empecilhos ou facilitadores da transição. Em 1903 o escritor e jornalista Avelino Fóscolo publicou o romance *A Capital*, que talvez seja a primeira obra a centralizar um esforço de reflexão em torno das mudanças vivenciadas pelos mineiros em nome do progresso e da modernidade. O romance é notável por apresentar através de suas personagens uma miríade de possibilidades sobre o que seria a nova capital. O trio que constitui o eixo da narrativa é, nesse sentido, absolutamente significativo: enquanto Lena é entusiasta de uma nova capital moderna, dinâmica e que projeta um futuro de grandezas; Cunha, marido de Lena e cuja história foi objeto de um outro romance de Avelino: *O Caboclo* (1902), pensa de forma diversa: a nova capital é um erro, uma ideia impossível e condenada ao fracasso; já Sérgio, irmão de Cunha e que se relaciona com Lena, é um jovem pragmático, um proto-empresendedor, a síntese de uma sensibilidade moderna cuja possibilidade de vencer na vida é sempre uma opção de risco. De modo geral, as várias personagens do romance vão transitando entre esperança e desespero, entre sucesso e fracasso, entre projetos de futuro e a nostalgia do passado. A literatura possibilita, assim, a convergência dessa multiplicidade de



tempos e de afetos num objeto cultural que marca, a um só tempo, a especificidade do processo de construção da capital mineira, mas também a de qualquer cidade moderna.



5. Por uma Micro-História de Ações Coletivas – O caso dos Festivais de Cultura em Minas Gerais

Guidyon Augusto Almeida Lima
Graduado em História pela UFMG
guidyonaugusto@gmail.com

Palavras-chave: Micro-História, Festivais, Sujeito.

A presente proposta de comunicação possui como objetivo primário apresentar uma perspectiva de análise da Micro-História sobre os processos de ações coletivas no Estado de Minas Gerais, tendo foco específico as duas primeiras décadas do século XXI. O estudo toma por bases Festivais de arte-cultura organizados em duas regiões do Estado: a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); e a Região Noroeste. A metodologia escolhida para a abordagem historiográfica se utilizou do processo de observação em campo, além de análise crítica de narrativas para a elaboração da defesa dos argumentos. Observamos como determinados grupos constituíram ambientes de relações galgados no discurso sobre cultura e formação cidadã, tendo por base uma discussão sobre identidade regional e reforço ao sentimento de pertencimento. A comunicação intenta estabelecer um espaço de reflexão entre as dinâmicas de análise de contextos específicos, com um ambiente teórico mais amplo das discussões sobre possibilidades de organização da sociedade civil e formação do sujeito histórico. Como temática final, há um entendimento da necessidade de se construir espaços para a ampliação de discussões sobre a ação política do Historiador em nosso determinado Regime de Historicidade, sendo a pesquisa tomada como resistência aos processos de manipulação dos fatos históricos e agente constitutivo das bases da sociedade moderna.



6. O ofício do historiador na prática: o ICMS cultural e suas atuais demandas e interfaces

Albert Drummond Lopes

Mestre em Ciências da Religião pela PUC Minas
a_drummond@hotmail.com

Minas Gerais é o único lugar do mundo que possui uma política pública de preservação de Patrimônio Cultural como o ICMS, cujo principal objetivo é o fortalecimento dos setores responsáveis pelo patrimônio das cidades e de seus respectivos conselhos em uma ação conjunta com as comunidades locais estimulando as ações de inventários, tombamentos e salvaguarda dos bens protegidos pelos municípios. No entanto, com mais de 700 Municípios participantes poucos são os profissionais qualificados para irem a campo elaborar os trabalhos técnicos exigidos pelo IEPHA, dessa forma, observa-se então uma demanda que não possui oferta. Dentro dessa perspectiva essa comunicação, portanto, visa um diálogo sobre como tem sido o trabalho do historiador no ICMS e suas futuras e possíveis perspectivas.



7. Blood Spits, Violences and Insults: Movimentos Sociais, música e fontes históricas

Leonardo Henrique Alves de Lima Nascimento

Graduando em História pela PUC Minas

lhalnascimento@sga.pucminas.br

Gleyber Eustáquio Calaça Silva

Mestrando em Geografia pela PUC Minas

gleyber3001@gmail.com

Palavras-chave: História Cultural, História Oral, História da Música e Fontes Históricas.

Espera-se com este trabalho seminal contribuir para os estudos de uma historiografia a partir dos sons, ritmos e cantos dada a dificuldade do historiador em trabalhar com fontes não-escritas e fonte histórica, como uma possibilidade de construção historiográfica acerca de um segmento cultural da sociedade belo-horizontina. Para tanto inicialmente faz-se necessário um levantamento bibliográfico que perpassa as temáticas propostas no que tangencia questões como identidade, memória, representação, resistência e tradição, verificando então possíveis formas de se trabalhar fontes históricas para a construção de uma historiografia a partir da música, utilizando como estudo de caso uma pesquisa realizada por meio do Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC) de 2017 á 2018, que só foi possível graças ao financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). O estudo de caso desta análise diz respeito a um movimento musical denominado heavy-metal na cidade de Belo Horizonte no período que compreende a década de 1980s, tendo em vista três categorias de fontes trabalhadas sendo a primeira, o ponto de partida que possibilitou a percepção da construção de um senso comum por parte da sociedade belo-horizontina sobre o movimento headbanger, provinda do periódico Estado de Minas, sendo angariada mais de oitocentas páginas que fazem menção a Rock ou Metal, tendo em vista que no período a definição entre os gêneros ainda não possuía uma clara delimitação. Posteriormente um trabalho investigativo de fontes próprias, a partir da produção da própria cena, sendo analisado por meio da iconografia, indumentária, capas de disco e flyers de divulgação de shows e por fim fontes de cunho sonoro sendo o método de entrevistas embasado na história oral tendo em vista a seleção das bandas para este trabalho definidas pela medição



quantitativa de produtividade, com base no número de shows e lançamentos de discos, além de análise de ritmos característicos do gênero estudado. A partir da seleção de fontes a pesquisa propõe que a cena de Belo Horizonte foi palco de uma disputa de narrativas entre um senso comum e hegemônico e um substrato marginalizado da população da cidade, ocasionando tensões narrativas que se desdobram em comportamentos cotidianos e produção de letras e melodias, que visam a contestação do zeitgeist da sociedade hegemônica dos anos 1980s.



8. Pelos trilhos das Gerais: Literatura, História e Memória da resistência ferroviária de Divinópolis – MG (1952), em “A hora próxima” (1955) de Alina Paim

Gabriel Moura Silva

Mestrando em História pela UFSJ
gabrielmslv@hotmail.com

Palavras-chave: História, Memória, Literatura, Resistência, Ferroviários.

Este trabalho tem por finalidade refletir sobre as estreitas relações entre História, memória e literatura. Para tanto, tomamos o romance proletário "A hora próxima" (1955), da escritora sergipana Alina Paim. A obra em questão, é resultado de um sistemático trabalho de campo realizada pela a autora, após conviver com os ferroviários da Rede Mineira de Viação (RMV), durante o final da década de 1940 e início dos anos de 1950. Dessa forma, o romance engloba um intenso jogo de relações sociais e de poder envolvendo os operários, suas causas e reivindicações, em confronto com os interesses de opressão do empresariado. Nesse sentido, a presente proposta busca analisar o trecho da obra dedicada a passagem de seu enredo em Divinópolis-MG, enfocando na luta da classe trabalhadora, além do decisivo papel das mulheres dos ferroviários durante as manifestações. Trata-se portanto, de uma análise baseada entre mecanismos de leitura e recepção, como destaca Jauss(1994) e De Certeau(1994), bem como conceitos relacionados a história dos livros e da leitura, tendo como norte os trabalhos de Darnton (2008; 2010). Sendo assim, esperamos demonstrar um importante acontecimento da História de Minas Gerais, através de uma fonte que ao mesmo tempo pode ser definida como histórica, literal e memorialística.



9. Da lúgubre corrente a plena liberdade: a representação negra nos jornais sabarenses às vésperas da abolição (1888)

Mateus Roque da Silva

Graduando em História pela PUC Minas
mateusroques@yahoo.com

Palavras-chave: História e Literatura, Representação Negra, Literatura de Folhetim, A folha sabarense.

O presente trabalho configura-se enquanto recorte da pesquisa monográfica que vem sendo realizada pelo Departamento de História da PUC Minas e se enquadra no paradigma proposto pela Nova História Cultural. Ancorados em uma abordagem qualitativa, busca-se relacionar, em linhas gerais, as convergências existentes entre os conhecimentos históricos e literários. Nessa perspectiva multidisciplinar, a comunicação objetiva compreender a abordagem social e histórica recorrente na escrita dos intelectuais sabarenses (MG) no imediato período que antecede a consolidação das leis abolicionistas em maio de 1888, especialmente no que tange a “questão negra” no Brasil. Lilia Schwarcz, em sua dissertação (1986), pondera aos pesquisadores a grande relevância dos jornais, sobretudo na segunda metade do século XIX, enquanto fontes fundamentais ao se tratar da questão negra no Brasil, retomando, a pioneira proposta metodológica de Gilberto Freyre (1963), quanto este empreende um estudo sistemático acerca da representação dos (sujeitos) escravizados nos anúncios de jornais do mesmo período. Em presença disso, fez-se uso do romance folhetinesco “A misera infanticida”, publicado no jornal A folha Sabarense entre os dias 01/01 e 19/02 de 1888, digitalizado pelo Arquivo Público Mineiro (APM), escrito pelo vigário itabirano F. Angelo de Almeida e que integram, nas concepções teóricas apresentadas, elementos importantes para a compreensão deste período, sobretudo ao tratar da posição histórica delegada ao sujeito negro escravizado. O romance se constitui em torno de uma escrava, mulata, acusada de infanticídio por seus iguais. Após ser julgada e condenada, passa um longo período da sua vida na prisão. Quando cumpre sua pena e adquire sua liberdade é taxada, pela sociedade civil, enquanto uma “desgraçada e infanticida”. O narrador constrói de imediato uma personagem desamparada e desprovida de qualquer amparo social. Entretanto,



ao avançar da narrativa, a escrava Maria começa a contar sua história a um padre, de modo que a apresentação inicial é questionada e, a partir disso, os adjetivos empregados passam a retratá-la no extremo oposto, divinizando-a. Este movimento no texto dialoga com outros artigos produzidos no mesmo periódico e que, de certa maneira, partem de uma interpretação de valorização do negro, em um momento de acaloradas discussões de cunho abolicionista, apresentando a possibilidade de mudanças sociais aos negros, uma vez que estes foram “mal interpretados”, na perspectiva do romance.



SIMPÓSIO TEMÁTICO – ARTE DE NOSSAS GERAIS: FOLCLORE, PINTURA, FOTOGRAFIA E DANÇA

Coordenação

Juliana de Souza Soares

Mestre em Educação pela PUC Minas
jusouzahist@gmail.com

Bruno Viveiros Martins

Doutor em História pela UFMG
brviveiros@gmail.com

Comunicações

1. CUNHA. Valdeci da Silva. *Suplemento Literário do jornal Minas Gerais como um dispositivo de cultura (1966-1975)*.
2. FERREIRA. Genilson Antonio; SIQUEIRA. Adilson Roberto. *Performance na festa de Nossa Senhora do Rosário em Dionísio (Minas Gerais)*.
3. FRANCO. Isabella Lyra de Melo; SOARES. Juliana de Souza; GONÇALVES. Matheus Rafael. *O carnaval contemporâneo de Belo Horizonte como luta de resistência urbana*.
4. GONÇALVES JÚNIOR. Mauro Francisco; PAULA. Natalia Kimberly de. *A comissão construtora da Nova Capital de Minas e a utilização da Arquitetura Eclética*.
5. LOPES. Albert Drummond. *A história das cores*.
6. MARQUES. Andressa. *Festividades juninas na capital mineira: da tradição regional à criação do Arraial de Belô*.
7. RIBEIRO. Paula de Souza; BALLARDIN. Victória. *Tarsila do Amaral e a representação de Minas Gerais na Expedição de 1924*.
8. RIBEIRO. Paula de Souza; SOARES. Juliana de Souza. *O espaço urbano como espaço de expressão artística feminina: Os coletivos de mulheres artísticas de Belo Horizonte*.



9. SANTOS, Ana Lúcia de Paula. *Educação, História e Lugar: a relação do sabarense com o patrimônio histórico da cidade.*



Resumo das Comunicações do ST – Arte de nossas gerais: folclore, pintura, fotografia e dança

1. Suplemento Literário do jornal Minas Gerais como um dispositivo de cultura (1966 – 1975)

Valdeci da Silva Cunha

Doutoranda em História pela UFMG
valdeci.cunha@gmail.com

Palavras-chave: Suplemento Literário, Dispositivo de Cultura, Intelectuais, Poder Público.

Criado no ano de 1966, o Suplemento Literário foi pensando, estruturado e mantido como um caderno que tinha, como proposta, circular por todo o Estado, e para além dele, servindo de um veículo capaz de se inserir no circuito de produção cultural em que Minas Gerais estivesse no centro das atenções. Ao congregar em sua redação renomados intelectuais que já se destacavam na vida cultural de sua capital, Belo Horizonte, ao mesmo tempo em que se juntavam nomes ainda estreantes, o empreendimento também contou com a estrutura da Imprensa Oficial e o apoio do poder público para a sua efetivação. Nesse sentido, propomos a leitura de sua montagem e funcionamento a partir do conceito de dispositivo, uma vez que em sua dinâmica percebemos a movimentação de elementos heterogêneos para o seu sucesso como um empreendimento que se estabeleceu e perdurou no tempo.



2. Performance na festa de Nossa Senhora do Rosário em Dionísio (Minas Gerais)

Genilson Antonio Ferreira

Mestrando em Artes Cênicas pela UFSJ
genilsonferreirateatral@gmail.com

Adilson Roberto Siqueira

Pós-Doutor em Artes Cênicas pela UNIRIO

Palavras-chave: Congado, Dança, Tradição, Festa, Performance

O conceito “performance” tem sido usado também para compreender o teatro feito pelo povo iletrado, seguindo a tradição oral alheia aos modelos greco-romanos. Dessa forma, performance é utilizada como sinônimo de apresentação e representação, de folguedos e brinquedo, quase sempre possuindo caráter festivo e/ ou religioso, mas em muitas destas formas preservando o seu alto grau ritualístico (LIGIÉRO, 2011, p. 68). Uma parte dos estudos em performance está voltada para as festas tradicionais e populares do Brasil. Nelas podemos observar uma forte manifestação cultural de um determinado povo, com o intuito de cultivar o sagrado, geralmente em eventos ritualísticos e religiosos. Nesse sentido, temos uma grande miscigenação de culturas tradicionais espalhadas pelo país, transmitindo a população brasileira seus saberes, credences e tradição. A cultura tradicional –no caso das guardas de congados, nos interiores de Minas Gerais – há uma intencionalidade de uma preservação e organização na forma de transmissão de conhecimento, que é passada de geração em geração. Comumente é necessário participar durante anos da guarda para se tornar um capitão ou um rei congo. Isso se dá devido a um processo de formação daquele que está disposto a levar essa tradição para gerações futuras. Gostaria, nesse capítulo, discorrer sobre a festa de Nossa Senhora do Rosário que ocorre na cidade de Dionísio (Minas Gerais); diga-se de passagem, terra onde nasci e pude participar integralmente da festa como membro dançante da guarda de congado de Nossa Senhora do Rosário. Também gostaria de relatar como se dá a preparação da festa, desde seu rito inicial chamado de alvorada até a coroação dos novos reis festeiros do próximo ano. E – acrescento – identificar durante a festa elementos performáticos que possam enriquecer a presente pesquisa. Ao amanhecer no segundo domingo do mês de outubro, a



cidade de Dionísio se alegra, pois é o dia mais aguardado do ano, os moradores reúnem para louvar e agradecer a Nossa Senhora do Rosário. As senhoras festeiras – mulheres responsáveis pelas refeições na festa – acordam bem cedo para preparar o café da manhã que será servido na alvorada. Alvorada é uma das partes mais importantes da festa, momento em que a guarda de congado realiza a investidura dos instrumentos (ato de pegar o instrumento que está guardado na sede, além de prepará-los para a festa) e se prepara para acordar os reis festeiros para seu grande dia. No barracão sede do congado, os membros da guarda começam a chegar por volta das cinco horas da manhã; a título de informação, neste local ficam guardados os instrumentos dos dançantes, objetos para eles sagrados, como os bastões e espadas. A roupa dos dançantes é simples e com poucos detalhes. Geralmente são feitas de tecidos finos e leves de maneira que não atrapalhe a movimentação dos dançantes. Uma camisa branca com a imagem de Nossa Senhora do Rosário estampada ao centro, calça azul, capacete com fitas coloridas e uma saia branca com fitas coloridas que fica sobre a calça azul. Os dançantes são responsáveis pela magia da dança durante a festa, seus gestos corporais, seus saltos e rodopios encantam os olhos do público que participa ativamente da festa observando aquela beleza produzida por eles a partir do movimento corporal. Já os tocadores de instrumentos diferenciam-se dos dançantes, pois trazem um adereço a mais em sua indumentária: uma fita azul traçada no peito com a identificação de tocador. Responsáveis pela execução do ponto que, em geral, é acompanhado de um ritmo também dançado pelos membros da guarda. Os instrumentos mais utilizados por eles são tambores, pandeiros, agogô, caixas, reco-reco e sanfona. Cabe a música estabelecer e manter a harmonia da festa, trazendo consigo a magia de alegrar a todos que estão participando do ritual festivo. Os capitães são bem avultados na guarda, sua vestimenta é composta por camisa branca de cetim, guias feitas com fios de conta cruzando o peito, calça azul, sapato preto, um quepe de soldado na cabeça, mostrando a superioridade dessa pessoa em relação aos demais membros da guarda. Vale ressaltar: também há uma hierarquia entre os capitães. O primeiro capitão usa um apito cuja função é indicar o ritmo e as mudanças do ponto durante o trajeto da guarda; carrega consigo, em mãos, um objeto bastante significativo – o bastão . O segundo apresenta a mesma indumentária do primeiro capitão, trazendo ao peito uma faixa com a escrita identificando sua função na guarda. Durante o festejo, os capitães se comunicam e passam instruções aos



membros da guarda, pois eles são os responsáveis por não deixar o movimento da guarda cair. Os guardas dos reis usam as mesmas vestimentas dos dançantes, além de uma espada feita de madeira que, em seu cabo, há uma perfuração onde é colocada diversas fitas coloridas. Eles acompanham os reis congos e festeiros durante toda a festa. Uma de suas atribuições: preparar os novos reis festeiros na entrada da igreja para a coroação; dois guardas cruzam a espada em cima da cabeça dos reis a serem coroados e, no meio das espadas, é envolvido um terço – objeto utilizado para oração do rosário –, desencadeando um pequeno cortejo dentro da igreja até o trono onde está os reis festeiros que passam a coroa para os novos reis. Os reis congos são os membros mais respeitados da guarda, visto que estão “ali” há muitos anos, doando sua sabedoria e levando a coroa que, para muitos membros, são consideradas pesadas. Eles são detentores de grandes conhecimentos, sabem diversas orações, benzeções, cabendo a eles a função de proteger e guardar seu congo de todos os males. No rito inicial de congado cada componente da guarda ajoelha e beija a mão dos reis congos, em sinal de respeito e benevolência aos senhores da coroa. São eles que realizam a coroação dos reis festeiros do próximo ano, os reis congos realizam uma pequena oração ao tirar a coroa da cabeça do rei festeiro e ao colocar na cabeça do novo rei, assim reafirmando o compromisso de manter viva a tradição e a festa do ano seguinte. Por último, destacam-se os bombeiros da guarda que auxiliam os participantes da festa, carregando um galão com água e servindo-os, quando necessário. Assim, com esse espírito de confraternização, humildade e harmonia que o congado desperta o encantamento e alegria aos olhos de quem veem-nos durante a festa do Rosário. O Congado é, nesse sentido, uma comunhão entre seus membros, uma família que se encontra para fazer acontecer algo mágico que desponta o desejo insaciável de venerar o sagrado, em meio às contingências do profano. Sua formação é feita por pessoas de toda e qualquer faixa-etária: crianças, adolescentes, jovens, homens, mulheres e idosos. Grande parte de seus componentes são negros, porém existem pessoas de pele branca, pardo e sem etnia declarada. Todos com o intuito de louvar a Nossa Senhora do Rosário. Suas profissões são as mais diversas (pedreiros, ajudantes, camelos, serviços braçais da roça, comerciantes, estudantes, serviços gerais, ambulantes, carpinteiros, pintores), sendo lícito afirmar que apresentam pouca formação acadêmica, em sua esmagadora maioria pessoas semianalfabetas e/ou ensino médio incompleto. Durante a madrugada eles se preparam para a festa, rezam



juntos o rosário , fazem a oração para fechar o corpo de todos os males (feitiços, magias ruins) durante a festividade, e começa a venerar as imagens de Nossa Senhora do Rosário dentro da capela, tendo ao lado os instrumentos e objetos como bastões e espadas da guarda. Após a oração, o capitão se ajoelha, pede proteção à divindade religiosa, levanta seu bastão rumo ao céu, fecha os olhos e assopra seu apito (um som fino e agudo reverbera pelo espaço), indicando que está na hora de pulsar os movimentos iniciais e ecoar o canto mágico que vem junto com o pulsar do coração, sim! É chegado o momento mais aguardado do ano pelos congadeiros: vai iniciar a alvorada que dará começo a festa do Rosário. Arquivo Igreja de São Sebastião, Dionísio, Minas Gerais, 2017. A guarda de congado começa a preambular pelas ruas da cidade ecoando o cântico festivo, anunciando o início da festa. O povo começa se levantar para acompanhar o cortejo em direção à casa dos reis festeiros. A canção é sempre alegre e animada, geralmente a mesma música todos os anos para que o povo possa identificar a passagem da guarda durante a alvorada. Cantiga da alvorada As estrelinhas lá no céu clareou As estrelinhas lá no céu clareou Foi a hora que Jesus abençoou Foi a hora que Jesus abençoou Após percorrer a principal avenida da cidade de Dionísio Senador Milton Campos, o congo vai em direção à casa dos reis festeiros realizar uma saudação. Esse momento é um dos mais belos da festa, pois podemos observar a belíssima energia potencializada nos corpos dos membros da guarda para acordar e revenerar os novos reis festeiros, a partir do cântico feito com a voz grave do capitão da guarda. Senhô rei e sinhá rainha Viemos aqui pra saudá Não deixa a coroa cair (2 vezes) Não deixa essa festa acaba (2 vezes) Podemos observar que o capitão, ao fazer essa saudação, reafirma o compromisso dos reis festeiros com a festa que está para acontecer, pedindo aos reis para não deixar que suas coroas caiam, ou seja, estarem fortes e preparados para comandar a festa. Após a saudação aos reis, é oferecido um café da manhã para a guarda de congado, bem como para as guardas convidadas do médio Piracicaba mineiro, tais como: guarda de São Sebastião, da cidade de São José do Goiabal; guarda de Nossa Senhora do Rosário, da cidade de São Domingos do Prata; grupo de marujo Santo Antônio, dentro outros da região. O momento do café da manhã é muito especial, principalmente para a guarda de congado da casa que recebe calorosamente os convidados com um “Salve Maria” – é uma forma de cumprimento das guardas de congado e Moçambique. Além disso, também tem o momento de beijar a bandeira das guardas como



forma de respeito e reverência aos membros da casa. Após o café da manhã, é o momento de cada guarda agradecer a mesa, esse agradecimento é uma forma de retribuir o carinho, dedicação e gentileza das senhoras festeiras que trabalham durante os dois dias intensamente para que as refeições durante a festa sejam bem preparadas e muito fartas. A música marca expressivamente esse momento, está sempre presente no ritual, criando um envoltório, um campo energético, um espaço no tempo (SANTOS, 2003, p.156). O capitão de cada guarda dá o sinal a partir do som de seu apito para que os membros fiquem atentos a execução da música de agradecimento. É entoado um cântico muito bonito cheio de malemolência do capitão pois a festa acabará de começar. Canção de agradecimento da mesa O senhor me deu de comer Me deu de beber Viemos agradecer (4 vezes) Enquanto a canção de agradecimento é executada, a porta bandeira – pessoa responsável por levar a bandeira com a imagem do santo de sua guarda de congado – entrega a bandeira nas mãos das senhoras festeiras, as mesmas levam para a cozinha onde é beijada e reverenciada por todas as senhoras que prepararam o café. Depois, a bandeira é novamente entregue a porta bandeira que, juntamente com a guarda, se prepara para dar continuidade à festa.



3. O Carnaval contemporâneo de Belo Horizonte como luta de resistência urbana

Isabella Lyra de Melo Franco

Graduanda em História pela PUC Minas
isalyra@live.com

Juliana de Souza Soares

Mestre em Educação pela PUC Minas
jusouzahist@gmail.com

Matheus Rafael Gonçalves

Graduando em História pela PUC Minas

Palavras-chave: Carnaval. Resistência Política, História.

Historicamente, os blocos de carnaval em Belo Horizonte se fizeram presentes desde que a capital mineira foi fundada no final do século XIX, em 1897. Apesar disso, a década de 1930 marca o enfraquecimento das manifestações carnavalescas na cidade. No início do ano 2000, um movimento denominado “Praia da Estação”, traz de forma festiva e carnavalesca, visibilidade para pautas políticas de contestação, como o processo de gentrificação, mobilidade urbana, ocupação do espaço público, dentre outras. A partir desse marco, é possível perceber uma retomada do carnaval em Belo Horizonte, que culminou, em 2019, na reunião de aproximadamente 4 milhões de espectadores. A presente comunicação tem como objetivo problematizar os blocos de carnaval Tchazinho Zona Norte, Tico Tico Serra Copo, Seu Vizinho, Truck do Amor e Angola Janga, que têm como pautas políticas, respectivamente, a ocupação por transeuntes de espaços não ocupados na cidade, protagonismo e representatividade no Aglomerado da Serra, discussão sobre vivência de corpos lésbicos e bissexuais e, por fim, representatividade e ativismo negro. Nesta perspectiva, abriremos discussão para o teor político do carnaval belorizontino utilizando imagens feitas por Isabella Lyra nos anos de 2018 e 2019.



4. A comissão construtora da Nova Capital de Minas e a utilização a Arquitetura Eclética

Mauro Francisco Gonçalves Júnior
 Graduando em História pela PUC Minas
 maurojunex@gmail.com

Natalia Kimberly Silva de Paula
 Graduanda em Letras pela PUC Minas
 nataliakdepaula@gmail.com

Palavras-chave: Belo Horizonte, Arquitetura, Ecletismo, Memória, Patrimônio.

A arte é um produto da cultura, carregada de expressão e sentido, assim como a arquitetura, nesse sentido, entende-se a arquitetura como arte. Arte essa utilizada como uma forma em que as pessoas recortam e materializam esteticamente suas memórias, valores entre outros. A arquitetura é uma obra do sujeito em que ele a modifica em seu meio formando e criando cultura. O ecletismo se caracteriza pela utilização de diversos sistemas já disponíveis e então, ao fundi-los num novo sistema, cria-se uma nova linguagem, neste caso a linguagem que será objeto é a linguagem arquitetônica, em destaque a eclética. Uma marca recorrente do ecletismo é revelar o embate entre os novos valores que surgem e aquilo que deve ser preservado entre as produções e sistemas antigos, já concebidos. A Comissão Construtora de Belo Horizonte concebe seu projeto urbanístico com fortes inspirações e ligações com as diversas construções que tomavam forma em solo europeu, sob influência do ecletismo. Em especial a inspiração veio das reformas realizadas em Paris, no século XIX, por Haussmann. Sendo assim, Belo Horizonte através da sua arquitetura eclética conta sua história, sua memória e mostra as diversas percepções das pessoas sobre a nova capital. Os edifícios ecléticos concebidos durante a construção da então nova capital mineira guardam de maneira rica a memória do período em que foram construídos. Atualmente os edifícios fazem parte do patrimônio tombado do centro de Belo Horizonte, reconhecimento que evidencia seu papel artístico e também cultural como marca de um período histórico. Sendo tal patrimônio não só referente aos objetos mas como também aos estilos de vida, ao imaginário, aos valores e as



tradições. Além disso, os edifícios, hoje tombados, enfrentam também o embate entre serem preservados, devido a importância cultural e histórica que possuem como representantes materialmente e simbolicamente de aspectos da região mineira e de abrirem espaço a novas construções.



5. A história das cores

Albert Drummond Lopes

Mestre em Ciências da Religião pela PUC Minas
a_drummond@hotmail.com

As cores tem sido representações simbólicas desde os primórdios da civilização, recebendo significados das religiões, da moda, da arte e principalmente do Mercado; Nos fazendo associá-las às emoções e em consequência aos modos e comportamentos sociais e culturais. O Preto se tornou a cor do Luto, o Roxo da realeza, o Verde do veneno, o Rosa do Feminino, o Branco da virgindade, o Laranja do Apetite... de qualquer forma, elas são signos que carregam em si toda uma conceitualização que se transforma e se ressignifica dentro dos diversos períodos históricos. Esse estudo, ainda em andamento, pretende investigar, dentro da perspectiva da História do Imaginário, como demos significados as Cores no Ocidente e como elas se transformaram durante o tempo, nos fazendo a agir e reagir perante aos demais estímulos. Resgatando a História dos pigmentos, e usando as cores como estudo de caso, essa pesquisa propõem uma análise sobre como o Imaginário se transforma em Mentalidade e como somos seres históricos em constante ressignificação.



6. Festividades juninas na capital mineira: da tradição regional à criação do Arraial de Belô

Andressa Marques

Graduanda em História pela PUC Minas

andressagoo124@gmail.com

Palavras-chave: Festa Junina, Manifestação Popular, Tradição, Cultural.

A presente comunicação apresenta a importância de se abordar a perpetuação das tradições regionais, e de como elas sofrem mudanças ao migrar de um âmbito rural para outro que foi planejado e estruturado para ser moderno como a capital mineira, e as implicações disso. Além de refletir como a prefeitura de Belo Horizonte se apropriou do evento para o fomento do turismo, e como a festa se fez presente por meio do Arraial de Belô. Tem-se como objetivo entender como se deu a instituição da festa junina na história da capital mineira, sendo inicialmente através de igrejas, colégios, comunidades, e em outros formatos. Serão analisados também o sentido da festa, as possíveis ressignificações sofridas, a espetacularização do evento e como a prefeitura de Belo Horizonte se apropriou e reproduziu a narrativa da festividade. Para isso, serão investigados a publicidade em torno do evento, os documentos da própria prefeitura, atas, incentivos e entrevistas com alguns dos organizadores, principalmente aqueles representantes da Belotur. Investigando a festividade a partir dos próprios organizadores, busca-se compreender o evento por ele mesmo, e assim, consequentemente, compreender também a sua relação com as quadrilhas. Dessa forma, será possível identificar se existe algum descompasso entre o evento em foco e a questão local e identitária das quadrilhas participantes. São pontuados aqui: a temática das mudanças e transformações que a festa junina sofre e sua discussão da complexidade da festa, que são extremamente importantes neste trabalho; o conceito de tradição, presente na festa, apoiado em Hobsbawm (1997), em que se conceitua que as tradições e costumes ligados a um passado imemorial, que muitas das vezes são ressignificadas como antigas, são recentes, quando não inventadas; a migração das manifestações populares apoiada em Barros (1977) no qual



conceitua que não se podem delimitar os campos das artes populares nem no espaço e nem nos níveis de cultura, abordando assim a influência que o rural exerce no moderno. Acredita-se, por fim, que o estudo do Arraial de Belô possibilita a compreensão da própria cidade, de como a cidade se vê, como constrói a cultura que a caracteriza e como a mídia interfere e influencia nesses processos.



7. Tarsila do Amaral e a representação de Minas Gerais na Expedição de 1924

Paula de Souza Ribeiro

Graduanda em História pela PUC Minas
paulasr22@bol.com.br

Victória Ballardin

Graduanda em História pela PUC Minas
vicky.ballardin@gmail.com

Palavras-chave: Tarsila do Amaral, Expedição, Minas Gerais, Artes Visuais, Arquitetura e Música.

Esta comunicação busca apresentar um pouco da vida e obras da pintora Tarsila do Amaral e a importância de sua figura em meio ao movimento Modernista no Brasil, e dar a estas obras maior visibilidade, tendo em vista o silenciamento presente na História da Arte com relação às artistas mulheres. O que se propõe é um levantamento sobre suas viagens pelo país e fora, e o quanto estas influenciaram em sua forma de representação do país e, sobretudo, em Minas Gerais, com a expedição de 1924.



8. O espaço urbano como espaço de expressão artística feminina: Os coletivos de mulheres artistas em Belo Horizonte

Paula de Souza Ribeiro

Graduanda em História pela PUC Minas
paulasr22@bol.com.br

Juliana de Souza Soares

Mestre em Educação pela PUC Minas
jusouzahist@gmail.com

Palavras-chave: Arte, Gênero, Belo Horizonte, Coletivos, Espaço Urbano.

Esta comunicação busca apresentar o espaço urbano como espaço de expressão cultural feminino em Minas Gerais dando enfoque aos coletivos de mulheres artistas. Nos valeremos de considerações historiográficas acerca da questão de gênero em espaços públicos e no campo artístico. O universo feminino, como se sabe, restringia as mulheres ao espaço doméstico e, mesmo com a abertura às escolas superiores, em especial, as de artes, o desvio deste universo posto não era socialmente bem visto. Busca-se pontuar mudanças que se percebem na organização do campo artístico quanto ao gênero; definido por Simioni (2017) como um espaço estruturado de posições objetivamente definidas, por meios dos quais indivíduos, grupos e instituições lutam pelo monopólio da autoridade artística, o campo artístico não só define quem é ou não um artista, como também os critérios de legitimação e apreciação de suas obras. Em Belo Horizonte, inúmeros coletivos femininos como o Cio da Terra, Bruta Flor, Baque de Mina e Sagrada Profana, tem na arte sua forma de protesto e resistência política. Ao apresentar esses coletivos como objetos de estudo, é possível compreender a complexidade do espaço urbano, dialogando diferentes campos do conhecimento como a História, a Sociologia e a Antropologia.



9. Educação, História e Lugar: a relação do sabarense com o patrimônio histórico da cidade

Ana Lúcia de Paula Santos

Graduanda em História pela PUC Minas
alidiaps@gmail.com

Palavras-chave: Sabará, Minas, Patrimônio, Memória.

O trabalho de investigação aqui proposto, tomando como objeto o Patrimônio Cultural material do centro histórico da cidade de Sabará-MG, parte da preocupação com o aparente “descuido” que os bens materiais componentes do Patrimônio tombado do município se encontram. A partir da observação do objeto são construídas várias indagações acerca da apropriação destes espaços pelos moradores como parte da memória e identidade do município. O Centro Histórico é tombado pelo IPHAN, assim como a rua Direita (Hoje Rua Dom Pedro II) que levava à sede da Vila do Sabará, tombadas nos anos de 1938, 1945 e 1965, composto por sobrados, casarios e edificações religiosas dos séculos XVIII e XIX que se expressam entre o passado e o presente da cidade compartilhada pelas apropriações do espaço para fins administrativos e culturais. Todos os dias as pessoas de todas as idades, entre turistas e moradores, passam por ali e deixam suas marcas constituindo no que definimos como lugar. Para construção da investigação aqui proposta, sob abordagem quantitativa e qualitativa, toma-se como foco a discussão da gestão do patrimônio na cidade. A partir de uma pesquisa documental pretende-se o desvelar das estratégias das políticas públicas para preservação patrimonial pela União, vinculadas às ações do IPHAN, mas também pelo município e pelo Estado, incluídas, aí as propostas e ações de Educação Patrimonial que serão analisadas junto à Escola Estadual “Zoroastro Vianna Passos”, localizada no Centro Histórico da cidade que vai nos permitir descobrir como a Escola estabelece a relação com seu entorno ou seja, se a Escola e seus estudantes se identificam ou não com o Patrimônio, utilizando do questionário para construção do perfil dos estudantes do centro histórico, seu local de moradia, a frequência ao centro histórico, a percepção e visibilidade do patrimônio e seu reconhecimento, além da observação etnográfica como fundamental para a construção da



percepção do lugar e das pessoas. O referencial teórico se apoia na discussão conceitual sobre de memória e lugar de Pollak (1992), Augé (1994), e na discussão sobre Patrimônio de Tanno (2006).



SIMPÓSIO TEMÁTICO – EDUCAÇÃO E ENSINO DE HISTÓRIA EM MINAS

GERAIS

Coordenação

Lorene dos Santos

Doutora em Educação pela UFMG

Professora do departamento de História da PUC Minas

lorenedossantos@gmail.com

Comunicações

1. AZEVEDO. Letícia Silva; COSTA. Ana Carolina Oliveira Dias; SOUZA. Lorena Santos. *A presença da Agricultura na historiografia das Minas Coloniais e a narrativa do Ensino de História: transformações e descaminhos.*
2. BEZERRA. Guilherme Rodrigues; CAMPOS. Ana Laura Lacerda. *Um projeto de mudanças.*
3. CORDEIRO. Jefferson Melo; BARBOSA. Anderson Luiz. *Entre escola e universidade: as dificuldades em explorar o conteúdo acadêmico na sala de aula.*
4. DIAS. Raissa Quiterio. *Uso de fontes históricas em sala de aula: Um relato de experiência do Programa Residência Pedagógica.*
5. FERREIRA. Gabriela Alves; GODÓI. Bianca Rezende; DIAS. Flávia Lorryne de Alcântara. *Resgate de identidade: Reconstituição da Memória da Escola Estadual Professor Moraes em Belo Horizonte.*
6. MOUTINHO. Bertha Luiza. *O ensino da Moral Católica nas instituições públicas em Minas Gerais nos séculos XIX e XX.*
7. NEVES. Isabella Bahillo; ROMÃO. Samuel Leite Fonseca. *Práticas de docência na graduação: a importância do Programa Residência Pedagógica na formação de graduandos em licenciatura - Relatos de experiência.*



8. PEREGRINO. Hosana Helena. *Sistema de cotas e os desafios de permanência: Uma análise da Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012.*
9. RIBEIRO. Letícia Mendonça Lopes; MIRANDA. Aline Cristina. *Os saberes docentes e suas repercussões na identidade e no trabalho de uma professora iniciante: reflexões sobre uma (possível) trajetória no magistério.*
10. SILVA. Alan Jonatas Gadelha da; FREITAS. Arthur Ferreira de. *Reflexões, vivências, experiências e cidadania: relatos sobre o ensino de Cultura Afrodescendente na Escola Estadual Lígia Maria Magalhães.*



Resumo das Comunicações do ST – Educação e ensino de história em Minas Gerais

1. A presença da Agricultura na historiografia das Minas Coloniais e a narrativa do Ensino de História: transformações e descaminhos

Letícia Silva Azevedo

Graduanda em História pela PUC Minas
leticiadogs2011@hotmail.com

Ana Carolina Oliveira Dias Costa

Graduanda em História pela PUC Minas

Lorena Santos Souza

Graduanda em História pela PUC Minas
santossouza2308@gmail.com

Palavras-chave: Minas Colonial, História de Minas, Agricultura, Ensino de História.

A produção historiográfica das Minas Coloniais apresentou importantes transformações a partir da década de 1980. Os achados auríferos foram a mola propulsora para a ocupação e institucionalização da Capitania de Minas Gerais em 1720. O ouro encontrado era, de fato, em quantidades imensuráveis, levando a região ser descrita como o tão esperado “El Dorado” de Portugal. Essa região recebeu, em profusão, uma grande quantidade de imigrantes advindos das mais variadas regiões da colônia e do norte de Portugal, o que provocou modificações profundas na demografia portuguesa. A região das minas carregada de ouro e tomada por um imenso contingente populacional necessitava de recursos de primeira necessidade para manter a atividade mineradora, a tônica econômica da região. Contudo, a historiografia produzida até então tem negado ou reduzido a importância da Agricultura junto a atividade mineradora, o que reduz a colônia à mera fornecedora de produtos à metrópole. Os historiadores Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis, em artigo intitulado “Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700-1750)” – 1986, dividido



em partes de discussões apresenta uma revisão bibliográfica acerca da região das minas e problematizam essa ausência de visibilidade da Agricultura nas produções historiográficas, além de, por meio das Cartas de Sesmarias concedidas ao longo do século XVIII, apresentar a presença e a dimensão da Agricultura, atividade simultânea e elementar para a produção mineradora. Dito isso, o objetivo de nosso trabalho é investigar a relação entre produção historiográfica e ensino de história, analisando seis exemplares de livros didáticos, sendo três destinados ao Ensino Fundamental e os demais ao Ensino Médio, a fim de perceber a narrativa acerca da História de Minas no período colonial. Investigar se essa narrativa apresenta uma visão simplista de uma Minas aurífera que produz em direção à metrópole, ou se essa região é trabalhada em sua complexidade local, abrangendo as demais atividades que existiram concomitantemente e, ainda, possibilitaram a estrutura mineradora que se desenvolveu.



2. Um projeto de mudanças

Guilherme Rodrigues Bezerra
Graduando em História pela PUC Minas

Ana Laura Lacerda Campos
Graduanda em História pela PUC Minas
aninhalaura2010@gmail.com

Palavras-chave: Educação, Alunos, Escola.

O objetivo analítico é fazer uma breve análise sobre alguns pontos comportamentais dos alunos do sexto ano, suas relações sociais, com o ambiente e com o aprendizado. A partir da observação dos elementos vivenciados em campo por dois graduandos de história bolsistas pelo PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência), na Escola Municipal Professora Eleonora Pieruccetti. As relações dos alunos com o ambiente escolar no Eleonora como podemos observar, é de grande usabilidade dos espaços. Chama a atenção a forma organizada e civilizada como, por exemplo, que é feito o uso da biblioteca por alunos tão novos. Também nos chamou a atenção o respeito das crianças aos diversos profissionais. Em relação à hora do recreio, notamos que as grandes majorias são satisfeitos com o amplo espaço da escola e cuidam dela. Destaca-se também a forma que as crianças se identificam com os seus semelhantes, criando vínculos de amizade. Há de se notar como a criatividade torna possível todos os tipos de brincadeiras sadias no espaço, ainda nos dias atuais repletos de aparelhos tecnológicos que prendem a atenção das pessoas, brincadeiras como pega-pega e pique esconde ainda são praticadas. Por se tratarem de crianças e pré adolescentes, é preciso do professor muita agilidade para equilibrar as necessidades dessa fase com disciplina e ordem para que os alunos possam viver o melhor que essa fase proporciona e ao mesmo tempo consigam assimilar o conteúdo. Em relação aos alunos na disciplina de História, percebemos que a grande maioria acompanha o ritmo da aula, cada um na sua individualidade e em seu tempo. A grande maioria dos alunos tem entre 10 e 12 anos, idade em que segundo os estudos de Piaget, a criança está saindo de processos cognitivos mais centrados no que é concreto e caminhando para conseguir fazer assimilações mais abstratas. Isso deve ser



pensado e analisado tanto nas aulas quanto nos trabalhos e projetos a serem desenvolvidos com esses estudantes para que eles possam absorver o conteúdo de acordo com suas limitações e também suas facilidades. Parte dos estudos históricos consiste em analisar o passado e o presente, enxergando suas mudanças e permanências, isso nos ajuda a sermos seres humanos mais críticos e empáticos. Sendo assim, uma das propostas do PIBID história, é desenvolver projetos que trabalhem com os alunos a diversidade que existe no Brasil algo que se torna necessário em um país com tanta pluralidade e com tantas marcas de preconceito. Marcas essas, que não deixam de aparecer nem mesmo no ambiente escolar. Baseando-se nas observações em sala e nos corredores da escola é possível perceber que o bullying, ato de agredir verbal ou fisicamente de forma sistêmica, de maneira intencional ou não, está presente de forma enraizada e às vezes imperceptível pelos alunos, como uma doença social. Nota-se que entre as meninas a prática é mais presente nos espaços micros da escola, como um canto da sala ou em outro ambiente de menor dimensão de espaço coletivo. A prática é visível de várias formas e uma das que foi observada foi a exclusão social da aluna pela maioria. Alguns preferem exercer esta exclusão por terem o sentimento de pertencimento a um grupo forte e dominante, o fazendo temer também que seja a próxima vítima. Entre as garotas é mais comum o ato da ameaça, causando uma situação de pânico e terror na vítima que pode acarretar diversos problemas na vida da mesma, inclusive em seu ímpeto pelo aprendizado. Já entre os garotos o bullying é praticado de forma mais direta, com piadas de mau gosto que visa ofender principalmente o físico e o caráter do indivíduo. As principais vítimas são garotos que se diferenciam da maioria, seja pelo sobrepeso ou por outro aspecto. Os atos de bullying ferem princípios que estão expressos na constituição como, por exemplo, o respeito, a dignidade da pessoa humana e também o código civil que determina que todo ato ilícito que cause dano a outrem gera o dever de indenizar. Por todos esses princípios jurídicos e também por causas muito maiores, notamos que há uma necessidade do estado ter uma ação intervencionista para solucionar a questão. Como alguma alternativa para amenizar o problema é de se pensar não apenas na informação e nos debates sobre o diferente mas principalmente na maior presença de profissionais das ciências que se relacionam com o indivíduo, como a psicologia. O psicólogo é um dos profissionais capacitados a ajudar as pessoas a desenvolver um autoconhecimento e também a lidar com a convivência com o outro



. Sendo assim seriam profissionais de extrema importância para ajudar o aluno que sofre bullying a lidar com isso, sendo não somente um porta voz que ele se sinta seguro a denunciar , mas também alguém que propicie os melhores caminhos para que esse aluno discriminado saiba lidar com essas emoções da melhor maneira possível. O ambiente escolar é um ambiente complexo e com inúmeras possibilidades de vivência, cada escola é única , cada uma com suas dificuldades e barreiras que podem ser analisadas e solucionadas através de uma soma de forças de profissionais , professores , alunos , comunidade e poder público . A escola não é um espaço apenas de decorar conteúdos ou adquirir conhecimento, é um lugar de sociabilidade , práticas esportivas , leituras , contato com o diferente , nutrição . O PIBID possibilita ao graduando de licenciatura que, como futuro docente viva e tenha contato com experiências das mais diversas dentro desse ambiente tão importante.



3. Entre escola e universidade: as dificuldades em explorar o conteúdo acadêmico na sala de aula

Jefferson Melo Cordeiro

Graduando em História pela PUC Minas
Jefferson.cordeiro@sga.pucminas.br

Anderson Luiz Barbosa

Graduando em História pela PUC Minas
Anndlz41@gmail.com

Palavras-chave: Sala de Aula, Universidade, Experiências, PIBID, Ponte.

O licenciamento e a pesquisa sobre as diversas facetas do ensino básico por vezes nos oferecem elementos teóricos que em convívio com a sala de aula e sua pluralidade necessitam ser retrabalhados e ressignificados. O presente artigo dedica-se a explorar as dificuldades encontradas por licenciados em adequar-se às dinâmicas da sala de aula, bem como enfatizar a importância de programas de formação nos moldes do PIBID que fomentem e auxiliem futuros professores através do contato com o meio escolar já na graduação. Analisar e interagir com a sala de aula pressupõe abertura para refletir sobre as diversas subjetividades e experiências em uma sociedade marcada pela desigualdade e marginalização do ensino. Nosso trabalho aqui se baseia na relação universidade-escola, enfatizando o descompasso entre os dois níveis de ensino e os desdobramentos que isso acarreta, principalmente em profissionais ingressantes no magistério, as dificuldades de compreender a pluralidade na sala de aula e, conseqüentemente, integrar o aluno dentro do processo de aprendizagem, de modo que este se veja enquanto sujeito histórico carregado de subjetividades e experiências que se revelam no meio escolar, o que contribui para o desinteresse dos discentes e dificultam o estabelecimento de uma ponte entre universidade e escola. É tendo em vista a disparidade presente na relação universidade-escola que programas que proporcionam o liame entre graduandos e sala de aula destacam-se como ferramentas formadoras capazes de oferecer a futuros professores a possibilidade de enxergar o ambiente escolar, não mais pela perspectiva de aluno, mas como ingressantes no magistério que terão na sala de aula seu local de trabalho.



É também através destes programas – em especial o PIBID – que licenciados podem avaliar a aplicabilidade do que é estudado na universidade, bem como mensurar as adaptações que deverão ser feitas para que alunos do ensino básico possam produzir reflexões históricas consistentes, que dialoguem com suas experiências. Ademais, as experiências vividas na Escola Estadual Madre Carmelita – escola participante do PIBID – norteiam nosso trabalho, tanto no que tange o levantamento dos questionamentos que orientam o artigo, quanto pela revelação da impossibilidade de aplicação de determinados conteúdos em sala de aula. Assim, ao mesmo tempo em que suscita questões acerca de nossa própria formação como futuros professores, permite-nos incorporar o que vivemos na escola à formação docente.



4. Uso de fontes históricas em sala de aula: Um relato de experiência do programa Residência Pedagógica

Raissa Quiterio Dias

Graduanda em História pela PUC Minas
raissaq.dias@gmail.com

Palavras-chave: Ensino de História, Fontes Históricas, Residência Pedagógica.

O trabalho apresenta um relato de experiência dentro do Programa Residência Pedagógica na Escola Estadual Maestro Villa Lobos para o 3º ano do Ensino Médio, sob a ótica da Revolução documental do campo historiográfico e se materializando no conteúdo da Ditadura Civil Militar de 1964 a 1985 no Brasil. Foi realizado a inserção do uso de fontes históricas e o uso de novas de tecnologias em sala de aula. Face ao atual contexto, em que Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), apontam para a necessidade de demonstrar ao aluno de que forma a história é feita, amparamo-nos no fator que se refere diretamente a fontes históricas e assim tornando-se indispensável na prática do ensino de História.



5. Resgate de Identidade: Reconstituição da Memória da Escola Estadual Professor Morais em Belo Horizonte

Gabriela Alves Ferreira

Graduanda em História pela PUC Minas
goodvibeal.ferreira@gmail.com

Bianca Rezende Godói

Graduanda em História pela PUC Minas

Flávia Lorryne de Alcântara Dias

Graduanda em História pela PUC Minas

Palavras-chave: Memória, Fontes Históricas, EEPM.

O presente trabalho surgiu como proposta através do programa de aperfeiçoamento de professores, Residência Pedagógica, que é um projeto em parceria com a CAPES e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. As presentes autoras são residentes deste programa e atuam na Escola Estadual Professor Morais, situado no bairro Progresso em Belo Horizonte. Como proposta de intervenção aos alunos, decidimos unir dois aspectos muito importante na formação da consciência histórica de um indivíduo, que é a junção dos elementos pedagógicos com a pesquisa histórica. Como a escola possui um acervo documental e fotográfico muito rico, nossa preceptora Maria Renata Teixeira sugeriu de fazermos um levantamento dos vestígios históricos que possam reconstruir a memória da Escola, que não pode ser perdida. Para o elemento pedagógico, iremos usar dessa oportunidade para trabalhar fontes históricas da própria Escola com os alunos, para que estes possam compreender e assimilar o contexto vivido cotidianamente, e assim relacionar a História da Escola com o contexto político, econômico e social a qual ela estava inserida. A Escola possui a herança de artefatos antigos como um piano e um relógio de 1957, que pode ser trabalhado no imaginário dos alunos, as mudanças e permanências daquela instituição. Na questão da pesquisa, todos os residentes ficaram encaminhados para uma atividade específica. Um grupo ficará responsável por fazer um levantamento teórico sobre a História da Educação em Minas Gerais, outro fará entrevista oral com ex-professores e diretores para ampliar a



visão da investigação e, por último, um grupo apenas para trabalhar com a documentação da escola, tanto dentro da própria instituição, quanto fora dela. Com o intuito de fomentar esta proposta de pesquisa e resgate da memória da Escola, a Gestão do Professor Moraes nos cedeu uma sala que se encontrava vazia e inutilizada. Diante desta oportunidade, organizamos no local um Laboratório de Ciências Humanas, que será utilizado como espaço de interação e pesquisa juntamente com os alunos. Desta forma, reconstituiremos a memória da Instituição como docente, dando acesso aos alunos às fontes históricas, e também como pesquisadores, dedicando-se aos acervos documentais, bibliografias, transcrições de entrevistas, entre outros.



6. O ensino da Moral Católica nas instituições públicas em Minas Gerais nos séculos XIX e XX

Bertha Luiza Moutinho

Graduanda em História pela PUC Minas
blmoutinho@hotmail.com

Palavras-chave: Educação, Moral Católica, Laicidade.

Tem-se por objetivo apresentar um conjunto de reflexões acerca da educação em Minas Gerais no que tange a discussão entre a educação laica e a formação religiosa nas escolas da rede pública. Compreende-se que existia uma moral católica hegemônica que valoriza e coloca como assertiva certos modos de se comportar. Tendo em vista que a escola é produtora e produto de uma sociedade, a mesma torna-se, desde suas origens, alvo de preocupações acerca do que será ensinado. A fim de compreender a possível ligação entre deveres humanos, cívicos e religiosos e o campo da educação pública analisa-se a atuação do Padre Francisco Ozamis, sacerdote espanhol que chegou à América Portuguesa em 1901. De acordo com Ozamis a moral é totalmente baseada nos princípios religiosos, tendo em vista que para o mesmo o fim da educação é aprimorar os indivíduos compreende-se que nessa visão o ensino confessional faz-se essencial.



7. Práticas de docência na graduação: a importância do Programa Residência Pedagógica na formação de graduandos em licenciatura – Relatos de experiência

Isabella Bahillo Neves

Graduanda em História pela PUC Minas
bellabahillon@gmail.com

Samuel Leite Fonseca Romão

Graduando em História pela PUC Minas
Slfonseca94@gmail.com

Palavras-chave: Residência Pedagógica, Educação, Práticas.

O programa de Formação de Professores da Educação Básica - Residência Pedagógica foi criado pelo Governo Federal com o objetivo de induzir o aperfeiçoamento do estágio curricular supervisionado nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão do licenciando na escola de educação básica. Com base na experiência na primeira etapa deste projeto, realizado no segundo semestre de 2018 na Escola Estadual Maestro Villa Lobos, os graduandos em licenciatura pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais compartilharão suas impressões e experiências a partir da vivência na escola-campo. Sob orientação da coordenação da PUC-MG em História e da professora preceptora do programa, os residentes desenvolveram o projeto “DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA: construindo identidades juvenis negras” tendo em vista as atividades para a Semana da Educação Para a Vida e a comemoração do dia da Consciência Negra, ambas em novembro. De função pedagógica-cultural, o projeto teve por objetivo principal a realização de debates e análise de fontes históricas sobre os temas ligados aos Direitos Humanos no Brasil e a afirmação das identidades negras possibilitando que os estudantes desenvolvessem suas capacidades de percepção, análise e compreensão dos temas e acontecimentos relacionados ao assunto, sendo sujeitos atuantes em toda a parte do processo. Ainda para realização do projeto, os residentes ministraram aulas, ao longo do semestre, com o objetivo de construir um diagnóstico da escola. Nesse processo, o diálogo com os alunos foi importantíssimo para a definição dos temas e das atividades realizadas e a sistematização delas, priorizando espaços além da sala de aula. Ao realizar essas aulas, receber a demanda dos alunos e utilizar mais o espaço físico da



escola, os graduandos em história perceberam maior adesão dos alunos às atividades propostas. Sendo assim, chegaram a conclusão sobre a relevância do envolvimento do corpo discente nas diferentes etapas das atividades escolares para a construção do conhecimento. Conseqüentemente, toda experiência tem contribuído para consolidar um novo olhar para a escola e para a educação básica por parte dos licenciados, fazendo com que o estágio docente por meio do Programa Residência Pedagógica se firme como indispensável a formação de novos professores.



8. Sistema de cotas e os desafios de permanência: uma análise da lei 12.711 de 29 de agosto de 2012

Hosana Helena Peregrino

Mestranda em Educação e Formação Humana pela UEMG
hosanahelena@bol.com.br

Palavras-chave: Ação Afirmativa, Acesso, Dualismo, Permanência.

O artigo retrata a possibilidade de acesso à educação superior e tecnológica pela implantação da Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, nas universidades e instituições federais e as dificuldades relacionadas à permanência do aluno cotista. Tem como objetivo demonstrar que o acesso da minoria não é suficiente para garantir o direito à educação e que a continuidade dos estudos depende de políticas de ação afirmativa seja socioeconômica, pedagógica, de extensão ou de incentivo à pesquisa. A Lei 12.711/12, conhecida também como Lei de Cotas, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e superior. Conforme a Lei, as vagas serão preenchidas, por curso e turno, por oriundos de escola pública; com renda igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos per capita; autodeclarados pretos, pardos, indígenas e por pessoas com deficiência em proporção ao total de vagas. A competição para uma vaga federal continua, mas agora com igualdade entre as raças e as classes sociais. Mas será que o problema entre as desigualdades raciais e socioeconômicas está resolvido? O que as instituições e universidades federais propuseram para a permanência dos alunos cotistas nas salas de aula? Conclui-se que os programas de assistência socioeconômica e de incentivo à pesquisa e extensão podem propiciar a permanência do cotista nos estudos e as estratégias pedagógicas podem se constituir em fator determinante na redução dos números de evasão, pois com estudos investigativos e orientações educacionais pontuais poderiam conquistar a redução nas estatísticas de abandono, contribuindo assim, para que o discente cotista cumprisse com êxito os componentes curriculares obrigatórios.



9. Os saberes docentes e suas repercussões na identidade e no trabalho de uma professora iniciante: reflexões sobre uma (possível) trajetória no magistério

Letícia Mendonça Lopes Ribeiro

Doutoranda em Educação pela PUC Minas
leticiamendonca@yahoo.com.br

Aline Cristina Miranda

Mestranda em Educação pela PUC Minas
alinecristina032@outlook.com

Palavras-chave: Professora Iniciante, Saberes Docentes, Identidade Docente.

O texto objetivou apresentar as repercussões que determinados saberes docentes imprimem na trajetória de uma professora iniciante, considerando a constituição de sua identidade e seu trabalho no projeto “Elevação da Escolaridade – Metodologia Telessala Minas Gerais”. Assim, a fundamentação teórica teve como suporte os estudos sobre os professores iniciantes, em razão do ciclo de vida profissional (EDDY, 1971; HUBERMAN, 1992), seus saberes docentes (VEENMAN, 1984; TARDIF, RAYMOND, 2000; TARDIF, 2002) e o processo de construção de identidade docente (DUBAR, 1991, 2005, 2012). Como construção metodológica, nossa coleta de dados se baseou nas indicações oriundas de uma entrevista semiestruturada, gravada e posteriormente transcrita, que contou com a técnica de análise do discurso (MINAYO, 2007) para sua posterior análise. Ressaltamos que, mediante a autorização da entrevistada, não mantivemos o anonimato da Professora Rozana, por acreditar que ela também foi coautora do trabalho. Como resultados do estudo, destacamos os aspectos que sugerem o apreço e a dedicação da Professora Rozana à docência no referido projeto, apesar da carência de recursos e de estrutura para a execução de suas atividades, em um clima de indiferença dos profissionais da instituição onde leciona. Neste contexto, sugerimos que seu comprometimento com a docência se justifica, em parte, pela consolidação de saberes pessoais e profissionais essenciais ao exercício do magistério. Reconhecemos também, por meio das vivências da Professora Rozana, o quão necessária é a preparação profissional para a docência e, simultaneamente, a oferta de recursos que, de fato, sustentem a atividade dos



professores da Educação Básica Pública, para que não construam uma trajetória histórica tendenciosa à sua identificação como missionários, mas sim como ativos profissionais do magistério.



10. Reflexões, vivências, experiências e cidadania: relatos sobre o ensino de Cultura Afrodescendente na Escola Estadual Lígia Maria Magalhães

Alan Jonatas Gadelha da Silva

Graduando em História pela PUC Minas
alanjonatas1@gmail.com

Arthur Ferreira de Freitas

Graduando em História na PUC Minas
Arthurffreitas25@gmail.com

Palavras-chave: História, Cultura Afrodescendente, Formação de Professores.

O presente Artigo tem como objetivo, apresentar o projeto desenvolvido por um corpo de 7 Graduandos em História da PUC/MG, Bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência(PIBID), sob supervisão dos professores Silvia Racchi e Nilton Minichini, na Escola Estadual Lígia Maria Magalhães em Contagem/MG, no ano de 2018 e 2019, com alunos do segundo e terceiro ano do ensino médio. Lorene Santos, em suas abordagens sobre a importância do ensino de História da África e Cultura Afrodescendente, diz que "Trata-se de colocar em pauta, no contexto escolar, uma discussão recorrente negada pela população brasileira", e esse propósito é a base norteadora do projeto, trabalhando através desse, questões ligadas a identidade dos alunos, propondo reflexões sobre racismo, LGBTfobia, xenofobia, machismo e outros tipos de discriminação, colaborando para uma reflexão da realidade e das relações de poder existentes na sociedade que os impactam direta ou indiretamente, se tornando sujeitos conscientes de sua própria história. Através de uma pesquisa de caráter quantitativo, com 60 alunos do primeiro e segundo ano do ensino médio, observou-se que a escola está situada em uma região carente, onde mais de 60% desses jovens possuem renda familiar entre 1 e 2 salários mínimos, sendo que apenas 13% desses se autodeclararam negros, com cerca de 62% se declarando pardos, deixando claro um problema de identificação com a cultura negra e africana. Com esses dados em mãos, foi possível aos graduandos elaborar diversas atividades com os alunos durante os 6 primeiros meses de aplicação do programa, como por exemplo, uma eleição, onde cada turma sugeriu melhorias



no atendimento a população em temas como saúde, educação e segurança pública; jogos onde os alunos aprendiam a relacionar questões como Alteridade, Etnocentrismo, Etnocídio, e Genocídio com seus respectivos significados; bem como um teatro organizado pelo professor Nilton Minichini e auxiliado pelos bolsistas sobre Zumbi dos Palmares e sua história de luta contra a escravidão no século XVII. Portanto, o PIBID tem se revelado extremamente relevante no cenário escolar, principalmente no contexto a qual estamos vivenciando, sendo uma importante fonte de produção de conhecimento, vivências e experiências entre os alunos da instituição em questão e os graduandos em História, dando-lhes real oportunidade de trabalhar temas que são propostos na Universidade.



SIMPÓSIO TEMÁTICO – ECONOMIA E POLÍTICA NAS MINAS

Coordenação

Carlos Evangelista Veriano

Mestre em História pela UNICAMP

Professor do departamento de História da PUC Minas

veriano@uai.com.br

Comunicações

1. ALMEIDA. Douglas Felipe Gonçalves; FERREIRA. Vanessa Rodrigues; OLIVEIRA. Melquisedeque Enoque Elias de. *Uma análise das cartas de Silviano Brandão dirigidas ao congresso na virada do século XIX.*
2. BATALHA. Ivan Carvalho Borges. *Alianças de Afonso Pena para a Construção de Belo Horizonte.*
3. CASSÃO. Júlia de Cássia Silva. *A corrupção do corpo místico/político: notas de pesquisa.*
4. COELHO. Andressa Chaves. *Mineração em Minas Gerais: O quadrilátero ferrífero no campo de disputas desde o século XVIII aos dias atuais.*
5. COELHO. Lucas Barcelos de Assunção. *A população mineira: Várias origens, várias histórias.*
6. FOUREAUX. Francisco Amorim Contijo. *Mobilidade Urbana e burocracia em Belo Horizonte – 1897 – 2017.*
7. GODÓI. Bianca Rezende. *O crescimento demográfico de Minas Gerais na década de 1950 e suas consequências na capital mineira.*
8. QUINTÃO. Régis. *O controle da corrupção na administração dos diamantes do Brasil (1729 – 1808).*
9. SOUZA. Lays Silva de. *Comida e cultura em Belo Horizonte: hábitos e relações em transformação.*
10. TOLEDO. Ana Tereza Landolfi. *Poder e política nas Minas Gerais: Breves notas sobre o posicionamento de D. Manoel de Portugal e Castro no contexto da independência.*



Resumo das Comunicações do ST – Economia e política nas Minas

1. Uma análise das cartas de Silviano Brandão dirigidas ao congresso na virada do século XIX

Douglas Felipe Gonçalves de Almeida
 Graduando em História pela PUC Minas
 df.galmeida@outlook.com

Vanessa Rodrigues Ferreira
 Graduanda em História pela PUC Minas
 vanessarodriguesferreira@gmail.com

Melquisedeque Enoque Elias de Oliveira
 Graduando em História pela PUC Minas
 melenoque@gmail.com

Palavras-chave: Silviano Brandão, Mensagem, Congresso, República Velha, Política.

Dr. Francisco Silviano de Almeida Brandão, ou simplesmente Silviano Brandão, presidiu o estado de Minas Gerais de 1898 a 1902. No contexto de república velha nos atemos as três mensagens do ano de 1899 a 1901 dirigidas ao congresso mineiro. Numa análise factual crítica dispomos elementos que dão saber aos anseios, atividades e práticas do governo nesse período marcado por um dito patriotismo e uma relação econômica demasiada e excepcional, que dá-nos entender o cenário da época. Analisar esse passado por meio de uma mensagem é adentrar no contexto administrativo político de maneira intimista e também ousada, já que há marcas presentes bastantes pontuais e singulares que diferem dos relatórios e dados oficiais dos governos, podendo entender a administração partindo do indivíduo administrador. Uma mensagem, ainda que pública, expressa muito mais do que simples dados estatísticos, sendo que pela mensagem se perpassa sentimentos e posturas individuais que perpetra a ação administrativa e relacional com as outras instâncias administrativas. Usando essa fonte primária estremamos dados que nos dão a conhecer como se dava a relação e a interação governamental com o mundo administrativo mineiro e assim sendo, alcançamos



aspectos e dados relevantes para a compreensão do governo mineiro por meio do presidente de Minas Gerais Dr. Silviano.



2. Alianças de Afonso Pena para a Construção de Belo Horizonte

Ivan Carvalho Borges Batalha
Graduando em História pela PUC Minas
ivanborgesbatalha@hotmail.com

Palavras-chave: Afonso Pena, Câmara dos Deputados, Alianças Políticas.

Este trabalho, ainda em desenvolvimento como parte da Monografia para a obtenção do Título de Bacharel em História, analisa a política estadual na Primeira República em Minas Gerais, especificamente a atuação de Afonso Pena, no período que exerceu o cargo de Presidente do Estado (1892-1894). A discussão aqui apresentada se debruça sobre a construção da memória de Afonso Pena, marcada pela adoção de seu nome para uma das mais importantes avenidas na capital mineira e, principalmente, na sua participação no estado, como representante do poder executivo e figura central para a formação alianças políticas e negociações junto à Câmara dos Deputados no período.



3. A corrupção do corpo místico/político: notas de pesquisa

Júlia de Cássia Silva Cassão
Mestranda em História pela UFMG
juliacassao@hotmail.com

Palavras-chave: Corrupção, Brasil Colônia, Distrito Diamantino, Costumes.

Esta comunicação tem por objetivo de análise a trajetória de Felisberto Caldeira Brant, o terceiro contratador dos diamantes do Distrito Diamantino, entre os anos de 1749 e 1753. Acusado, condenado e preso pelo crime de descaminho de diamantes e defraudação dos cofres da Fazenda Real, buscaremos mobilizar, pelo aporte teórico-metodológico da historiografia da corrupção, além da que se debruça sobre a problemática das redes de relações políticas e sociais caras ao Antigo Regime Português, os meandros do descompasso entre o público e o privado, a legislação e o apelo à tradição e aos costumes no espaço colonial que possibilitaram a ele ser considerado um homem corrupto de acordo com os padrões morais daquela época.



4. Mineração em Minas Gerais: O quadrilátero ferrífero no campo de disputas desde o século XVIII aos dias atuais

Andresa Chaves Coelho

Graduanda em Geografia pela PUC Minas
andresacoelho.bh@gmail.com

Palavras-chave: Mineração em Minas Gerais, Quadrilátero Ferrífero, Guerra dos Emboabas.

Minas Gerais já carrega no próprio nome a essência do Estado: uma das maiores províncias minerais do planeta. Segundo Ruchkys (2013), no território mineiro se encontra abundantes jazidas de ferro, manganês, bauxita e ouro. Não há como discorrer acerca da mineração em Minas Gerais, desde o Ciclo do Ouro até os dias atuais, sem abordar o Quadrilátero Ferrífero (QF), haja vista que o mesmo abriga em sua extensão, os importantes municípios no contexto da mineração de Minas Gerais. Compreendo a 35 municípios que se estendem em 7.000 km², localizado na região central de Minas Gerais. A mineração no Estado remonta em torno do ano de 1600, no declínio do ciclo da açúcar. Quando boatos de que as serras de Minas Gerais reluziam ouro começaram em Sabará – MG. Assim, bandeirantes paulistas abriram um caminho objetivando a Sabarabuçu, conflitando com interesses da Coroa Portuguesa, o que resultou na Guerra dos Emboabas. Conflito que teve a Coroa como vencedora e detentora do poderio minerário do Estado. Nos caminhos de Sabarabuçu vários assentamentos foram criados, vilas foram construídas e desenvolveram-se para o que hoje são municípios. Pode-se dizer que estas localidades carregam aspectos históricos produtos da descoberta aurífera no Brasil. Esse recorte histórico compreende ao primeiro rush minerador da história mundial (RUCHKYS, et al. 2013). O salto na atividade mineradora em Minas Gerais no século XVIII é responsável pelo um marco histórico na economia do Brasil chamado “ciclo do ouro”, período onde a mineração foi determinante na descoberta de povoados, vilarejos e cidades. Nota-se como o Estado é importante no cenário econômico do Brasil, e o QF cumpre um papel importante neste contexto, caracterizando a principal região mineradora de Minas Gerais, sua extensão concentra a maior quantidade de minas em operação no mundo (CARSALADE, et al. 2012). Nesse sentido, esta produção aborda os



aspectos contidos na história da mineração no Estado de Minas Gerais, sobre o recorte regional do Quadrilátero Ferrífero. Passando pelas descobertas e os conflitos ocasionados; o processo de modernização nas técnicas de mineração; do impulso econômico ao drama vivenciado no Estado e pelo povo mineiro.



5. A população mineira: várias origens, várias histórias

Lucas Barcelos de Assunção Coelho
Graduando em História pela PUC Minas
lbarcelosc@gmail.com

Palavras-chave: Minas Gerais, População, Mapas.

É sabido que a história de Minas Gerais é bem peculiar em relação ao restante do Brasil, seja no período colonial, imperial ou mesmo na atual fase republicana de nosso país. Seja a descoberta das minas auríferas, a ocupação considerada por muitos desordenada, os diversos conflitos que aqui ocorreram entre os colonos e a Coroa, ou mesmo entre os próprios colonos, nossa história tem traços específicos e muito marcantes. Com a chegada dos bandeirantes e após a descoberta de minerais preciosos onde hoje se encontra o estado de Minas Gerais, a notícia se espalhou por todo o mundo, trazendo pessoas de toda a colônia portuguesa, de todo o planeta, principalmente Portugal - fato que fez a Coroa criar leis que dificultaram a migração portuguesa tamanho o esvaziamento do país - que tentaram a sorte na região das abundantes minas e influenciaram muito na cultura mineira. Os africanos também se fizeram presentes nas minas. É fato que sua migração, feita de forma forçada pelos europeus e colonos, muda a forma como estes sujeitos agiam e eram vistos aqui. Os escravizados, porém, trouxeram suas diversas culturas e mudaram a realidade mineira, influenciando e formando também a história de Minas. Por fim, os nativos, que nas terras primeiro estavam e foram em sua maioria dizimados pelos chamados conquistadores. As diversas etnias indígenas que tiveram suas histórias transformadas pelo europeus também fazem parte e influenciaram o que chamamos hoje de povo mineiro e brasileiro. Este trabalho mostrará de que forma estes três distintos e heterogêneos grupos humanos influenciaram a história mineira e foram influenciados também entre eles, mudando seus próprios costumes e formando a sociedade de Minas Gerais que temos hoje. Para isso, serão utilizados mapas, que serão problematizados e também dados demográficos encontrados principalmente nos censos, para visualização das mudanças demográficas da população.



6. Mobilidade Urbana e burocracia em Belo Horizonte – 1897 a 2017

Francisco Amorim Contijo Foureaux

Mestre em Estudos Organizacionais e Sociedade pela UFMG

francisco.foureaux@gmail.com

Palavras-chave: Mobilidade urbana, Burocracia, História Crítica.

Afinal, o que é a burocracia municipal constituída para a gestão da mobilidade urbana em Belo Horizonte? Qual a sua história? Qual a sua característica como organização? Qual o lugar desta burocracia na mediação do conflito entre a população e os interesses privados no processo de constituição e execução de políticas públicas de mobilidade? Como se relacionou com a fração da classe de empresários do setor de transportes em Belo Horizonte? A presente trabalho pretende apresentar a historiografia da mobilidade urbana em Belo Horizonte, entre os anos de 1897 e 2017. A dissertação é resultado do mestrado em Estudos Organizacionais e Sociedade realizado pelo proponente no Cepead – UFMG, entre os anos de 2016 a 2018. A comunicação apresentará a metodologia, percurso e conclusões do trabalho acerca da burocracia da mobilidade urbana na capital, desde a fundação da cidade até o ano de 2017. Tratará das diferentes fases da organização do poder municipal dedicado à mobilidade, enquanto proprietária ou reguladora do sistema e, posteriormente, de sua relação com a classe dos proprietários das empresas de ônibus.



7. O crescimento demográfico de Minas Gerais na década de 1950 e suas consequências na capital mineira

Bianca Rezende Godói

Graduanda em História pela PUC Minas
biancarezende.historia@hotmail.com

Palavras-chave: Crescimento demográfico, Minas Gerais, Belo Horizonte.

Na década de 1950, Minas Gerais sofreu um relativo crescimento demográfico devido a diversos fatores, industriais, sociais e econômicos, que irá influenciar diretamente diversas regiões do Estado. A capital mineira de Belo Horizonte irá se desenvolver e modernizar neste período, principalmente quando Juscelino Kubitschek foi Governador de Minas Gerais. De modo geral, os anos 50 foi um momento de grandes mudanças no Brasil. Com o governo Dutra, começasse um processo de substituição das importações em detrimento do desenvolvimento da indústria brasileira, que adquire maior participação da população no movimento da economia. Já na segunda metade da década de 50, com o Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek, têm-se um crescimento da economia nacional principalmente com sua política urbanística e de Modernização do Brasil. Neste período, houve uma grande demanda por serviços em Minas Gerais na recém-construída cidade de Belo Horizonte. Projetada pelo engenheiro Aarão Reis entre 1894 e 1897, Belo Horizonte foi inteiramente planejada para ser uma moderna capital mineira. Além do aumento demográfico ocorrido pela oferta de serviços no processo de construção da cidade de Belo Horizonte, em 1950 esta demanda continuará em alta com a Modernização de Belo Horizonte. Este artigo tem como objetivo analisar o crescimento demográfico de Minas Gerais na década de 50, observando quais foram as consequências que acarretaram mudanças não só gerais, dentro do próprio Estado, como também locais, como na cidade de Belo Horizonte. Para isso, será utilizado como fonte o Censo Demográfico de Minas Gerais de 1954, buscando examinar os períodos de crescimento demográfico de Minas que este nos revela, comparando-o com o período de desenvolvimento industrial e urbano deste Estado e, principalmente, da cidade de Belo Horizonte. Para além disto, também serão consultados como bibliografia autores que



irão abordar o período desenvolvimentista de Minas Gerais e de Belo Horizonte, como BAHIA (2009) e BRITO; HORTA (2002). Estes autores nos mostram que o processo de industrialização, tanto mineiro, como belo-horizontino, e sua recorrente oferta de serviços, estão relacionados com tal crescimento demográfico.



8. O controle da corrupção na administração dos diamantes do Brasil (1729-1808)

Régis Quintão

Doutorando em História pela UFMG

regis.quintao@gmail.com

Palavras-chave: Corrupção, Administração, Diamantes, Minas Gerais.

O objetivo desta comunicação é apresentar resultados parciais de pesquisa em andamento sobre os mecanismos de controle da corrupção na administração dos diamantes do Brasil, entre 1729 e 1808. A partir da identificação de práticas e comportamentos tidos como transgressores ou corruptores, pretende-se evidenciar como a Coroa portuguesa e as autoridades locais lidavam com os excessos contrários às noções de bem comum e de utilidade pública.



9. Comida e cultura em Belo Horizonte: hábitos e relações em transformação

Lays Silva de Souza
Mestranda em História pela UFMG
lassouza3@gmail.com

Palavras-chave: Belo Horizonte, Alimentação, Legislação.

A alimentação é tema de pesquisa em diferentes áreas do conhecimento e transcende marcos cronológicos. Alimentar -se é uma ação intrínseca a todo ser vivo desde o nascimento até a morte. Esta proposta pretende discutir questões introdutórias acerca dos estudos sobre a História da Alimentação e suas formas de sociabilidade. Para o desenvolvimento dessa discussão, propomos abordar os hábitos alimentares na nova capital mineira a partir da legislação municipal pertinente ao tema entre os anos de 1948 e 1992.



10. Poder e política nas Minas Gerais: breves notas sobre o posicionamento de D. Manoel de Portugal e Castro no contexto da independência

Ana Tereza Landolfi Toledo
Mestre em História pela UFMG
landolfiat@gmail.com

Palavras-chave: Elites Políticas, Minas Gerais, D. Manoel de Portugal e Castro, Independência do Brasil.

A presente comunicação tem por objetivo analisar como se deu as articulações entre a elite política de Minas Gerais e o governador d. Manoel de Portugal e Castro no contexto da independência do Brasil. Pertencente ao séquito da primeira nobreza portuguesa e formado como tal, em 1814 d. Manoel foi designado à servir a Coroa como governador de Minas Gerais. Tributário aos valores típicos do Antigo Regime português, especialmente no que se refere à fidelidade a Monarquia, após a crise que se estabeleceu no Império português após o Vintismo, com o retorno de d. João VI para Lisboa e a convocação das Cortes de Lisboa, d. Manoel via-se enfiado em caldeirão fervilhando de debates e disputas políticas em Minas Gerais. Os interesses locais das diferentes regiões e a manutenção do poder davam o tom ao debate, vivia-se em uma atmosfera de negociações e disputas políticas a fim de reiterar hierarquias e os privilégios até então alcançados, e inibir uma possível inserção de novos grupos no exercício do poder local. O receio de perda do mando político local para outros setores sociais mobilizava interesses comuns desse grupo. Dentro deste imbróglio, acreditamos que a nossa personagem se colocava na articulação pela manutenção do equilíbrio entre os constitucionais, absolutistas e autonomistas em um período conflituoso, onde d. Manoel de Portugal e Castro agia em prol de um certo senso de convivência política entre os grupos que tinham pensamentos distintos, com o intuito de manter o controle da situação e evitar alguma desordem. Neste sentido, em face aos acontecimentos que se desenrolavam em Minas, d. Manoel de Portugal e Castro via-se imerso em um universo onde o novo e o antigo se mesclavam. Diante dessas questões, optamos pelo seguinte tripé analítico: 1) analisar a governança de D. Manoel de Portugal e Castro em Minas Gerais e sua



inserção no debate entre constitucionalistas e absolutistas; 2) compreender a sua postura, percebida por alguns dos seus contemporâneos como absolutista, à luz da tradição de sociedade do Antigo Regime passada pelos seus antepassados familiares; e 3) pensar até que ponto a preservação das hierarquias e autonomias políticas locais davam o tom do debate da época em uma atmosfera em que o embate no plano das representações políticas se mostrava em crise com a derrocada do Antigo Regime no Império Português.



SIMPÓSIO TEMÁTICO – RELIGIOSIDADE NAS MINAS

Coordenação

César Azevedo Carneiro

Doutorando em Ciências da Religião pela PUC Minas
Professor do departamento de Ciências da Religião da PUC Minas
cesarca Carneiro@pucminas.br

Comunicações

1. ALMEIDA. Douglas Felipe Gonçalves de. *2º Congresso Eucarístico Nacional (1936): História, momentos e características.*
2. ALVIM. Thais Andrade; COELHO. Marcela Menezes Dutra. *Festas populares das Minas Coloniais: A festa de São Gonçalo.*
3. ARAÚJO. Yasmin Caroline de Souza; MARINHO. Natália França. *O legado e a fé: a construção da religiosidade na Capitania de Minas no período de 1750 a 1780.*
4. DUARTE. Denise Aparecida Sousa; RODRIGUES. Wesley Fernandes. *Aspectos da história da infância nas Minas Gerais (Séculos XVIII – XIX).*
5. HELENO. Barbara Lopes. *O feminino e a igreja: o discurso católico normativo na colônia.*
6. MOREIRA. Gabriella Figueiredo do Carmo; RODRIGUES. Livia Soares. *Religiosidade e Resistência na comunidade dos Arturos.*
7. NEVES. Gabriel. *Origens do protestantismo nas Minas.*



Resumo das Comunicações do ST – Religiosidade nas Minas

1. 2º Congresso Eucarístico Nacional (1936): história, momentos e características

Douglas Felipe Gonçalves de Almeida
Graduando em História pela PUC Minas
df.galmeida@outlook.com

Palavras-chave: Igreja Católica, Belo Horizonte, Sociedade.

A Cidade de Minas de 12 de dezembro de 1897 fruto do Curral del Rei vivenciou quatro décadas depois da sua inauguração um marco histórico fundamental, sobretudo para o catolicismo dessa planejada cidade de imponentes montanhas. Na jurisdição eclesial da igreja particular já da nomeada Belo Horizonte estava Dom Antônio dos Santos Cabral (1924), primeiro arcebispo (bispo) da recém-criada metrópole. Doze anos mais tarde do governo de Dom Cabral acontece o inédito nas terras de Minas, o 2º Congresso Eucarístico Nacional, na praça Raul Soares inaugurada na abertura do suntuoso congresso. Em virtude do fato histórico e da unicidade do evento nas montanhas de Minas, altar da Eucaristia, esse trabalho aponta um panorama do congresso com os aspectos históricos correlacionados com fatos da época. Esmiuçar o Congresso Eucarístico acontecido é dispor de feitos e fatos que tanto marcou o catolicismo belo-horizontino, que inclusive podemos inferir que o congresso foi o evento de impulso bastante significativo para a recém-criada diocese.



2. Festas populares das Minas Coloniais: A festa de São Gonçalo

Thais Andrade Alvim

Graduanda em História pela PUC Minas
thais.aalvim@hotmail.com

Marcela Menezes Dutra Coelho

Graduanda em História pela PUC Minas

Palavras-chave: São Gonçalo, Religiosidade, Minas Colonial, Dança, Cultura Popular.

Este trabalho tem como objetivo compreender a Festa de São Gonçalo como parte da cultura popular e religiosa mineira. Em seu desenvolvimento, são realizadas uma série de análises sobre religião, igreja, cultura, dança e patrimônio, percebendo, assim, as permanências dessa festa colonial na sociedade atual e suas influências na construção de uma identidade religiosa e cultural. Nesse sentido, busca-se construir uma noção do papel da Igreja e da religião na sociedade mineira colonial, perceber o papel das danças como forma de expressão social e religiosa e, por fim, notar como a Festa de São Gonçalo integra esses vários temas, sendo essa celebração uma festa religiosa e também popular, construída a partir da integração de elementos sacros e da cultura mineira setecentista. Dessa forma, desenvolve-se uma análise que une dois elementos centrais das Minas Coloniais: a religião, que tinha função organizadora na sociedade, e a cultura popular, que se fez muito particular na região mineira, em virtude de suas várias características únicas ligadas ao mulatismo, à exploração aurífera, aos traços capitalistas e à relativa independência administrativa. Isto posto, conclui-se que a Festa de São Gonçalo é tratada como uma celebração de característica santa, mas que, devido as suas contradições inerentes, permanece viva ao se tornar integrante da vivência cultural das gentes mineras.



3. O legado e a fé: a construção da religiosidade na Capitania de Minas no período de 1750 a 1780

Yasmin Caroline de Souza Araújo
Graduada em História pela PUC Minas
yasmincsouza@yahoo.com.br

Natália França Marinho
Graduada em História pela PUC Minas

Palavras-chave: Cultura, Oratórios, Devoção.

Este trabalho visou analisar e compreender o processo de construção da religiosidade mineira atual, por meio da formação peculiar da devoção na Capitania de Minas Gerais, e como esse fenômeno é representado pelos oratórios, além dos elementos sincréticos encontrados nas peças de arte, durante o auge do barroco (1750-1780). Explicando, a materialização da religiosidade mineira por meio dos nichos e resgatando os aspectos formadores da religiosidade mineira que foram consolidados durante a segunda metade do século XVIII. Em um primeiro momento, o levantamento bibliográfico embasou a contextualização do estudo, bem como forneceu os pressupostos conceituais e teóricos necessários para a materialização eficaz dos objetivos dessa proposta, através do levantamento de fontes primária e análise documental e iconográfica, que foi fundamental para a conclusão desse estudo.



4. Aspectos da história da infância nas Minas Gerais (Séculos XVIII – XIX)

Denise Aparecida Sousa Duarte
Doutora em História pela UFMG
ddenao@yahoo.com.br

Wesley Fernandes Rodrigues
Doutor em História pela UFMG
wesley_fernandes@yahoo.com.br

Palavras-chave: Infância, Minas Gerais, Séculos XVIII e XIX.

O texto tem por objetivo analisar as considerações sobre o silêncio em torno da criança na documentação (oficial e cotidiana) produzida nas Minas entre os séculos XVIII e XIX e discutido pela historiografia, e traçar algumas observações acerca dessa constatação. Procuraremos, assim, apresentar reflexões sobre essa ausência de informações relativas à infância naquele contexto, mas sem a pretensão de que com essas consigamos estabelecer respostas conclusivas para tais questões. Para auxiliar na construção de tais questionamentos e exemplificar as hipóteses levantadas utilizaremos diversos tipos de fontes, tais como registros de óbitos de inocentes, devassas, relatos de viajantes, testamentos e discutiremos também a presença pouco comum de crianças nos ex-votos pintados.



5. O feminino e a Igreja: o discurso católico normativo na colônia

Barbara Lopes Heleno

Graduanda em História pela PUC Minas

barbaralopes@gmail.com

Palavras-chave: Discurso Católico na Colônia, Ideal Feminino, Maternidade na Colônia.

Este trabalho busca analisar a relação da Igreja Católica com a construção social e ideal de feminino na colônia. Tendo a questão moral e disciplinar como forma de adestramento, houve um processo de domesticação feminina, que limitavam às mulheres as fronteiras do privado, tornando-as responsáveis pela casa, pelos filhos e pelo marido. No período medieval, a Igreja incorporou outra figura feminina no seu discurso, a Virgem Maria, anti-Eva (a Ave Maria), que veio para trazer vida e salvação – que diferente de Eva, a primeira mulher, a representação do pecado, que trouxera destruição por consequência da sua desobediência e maldade –, tornando-se o tipo idealizado de mulher, o que deveriam ser por opção: mãe, virgem e esposa. Desta forma, houve a uma valorização do matrimônio e logo, da maternidade e, a mulher associada à ideia de sensibilidade, amor incondicional, dependência e fragilidade, tornou-se característica desejável. E foi justamente no período colonial que a mulher teve a oportunidade de se realizar na maternidade, no âmbito que elas encontravam maior autonomia. Esse método de adestramento na colônia se deu a partir de um padrão ideal de comportamento, da Virgem Maria. “Adestrar a mulher fazia parte do processo civilizatório, e, no Brasil, este adestramento fez-se a serviço do processo de colonização” (PRIORE, 2009, p.24). A Igreja era a instituição que detinha tal monopólio ideológico, ela regulamentava o dia-a-dia das pessoas, estando presente ao longo de toda sua vida, por meio do batismo, catequese, missas semanais, celebrações religiosas (quaresma, natal, etc.), casamento, eucaristia, funeral, por meio também dos confessionários, e logo, das penitências, ou seja, havia forte vigilância da vida privada e social. O objetivo desta pesquisa é investigar como a Igreja Católica criou mecanismos de controle do feminino na colônia, levando-a as fronteiras do lar com o propósito de combater seus excessos e melhor fiscaliza-la, criando representações e reforçando o papel da mulher na família e na sociedade. O propósito é: domesticar para melhor controlar, e nada mais eficiente do que conquistar por meio da



sensibilidade e da racionalidade, como fez o discurso cristão. Isso foi se concretizando e se propaga até os dias de hoje com a valorização da castidade feminina, do controle social sobre as mulheres, e o desprestígio daquelas que optam pela não maternidade.



6. Religiosidade e Resistência na comunidade dos Arturos

Gabriella Figueiredo do Carmo Moreira
 Graduada em História pela PUC Minas
 gfcmoreira5@gmail.com

Lívia Soares Rodrigues
 Graduada em História pela PUC Minas
 liviasoares.1308@gmail.com

Palavras-chave: População Negra, Religiosidade, Resistência, Congado, Arturos.

É possível observar, na época colonial do Brasil, o fenômeno do sincretismo, no qual negros escravizados tiveram que adaptar suas crenças ao que era imposto pelos colonizadores. A comunidade dos Arturos é fruto da união de Arthur Camilo Silvério e Carmelinda Silva, descendentes de escravos negros africanos, que viviam e trabalhavam, no início do século XX, na região dos atuais municípios de Contagem/MG e Esmeraldas/MG. O objetivo maior de Arthur era a unidade de sua família e teve sucesso, pois seus descendentes formam hoje uma comunidade conhecida como “Arturos”, em sua homenagem, que repassa a seus netos e bisnetos a memória do trabalho que possibilitou o surgimento da comunidade que ainda hoje está nas terras adquiridas pelo negro escravizado Camilo Silvério. A Festa de Nossa Senhora do Rosário da Comunidade dos Arturos foi declarada patrimônio cultural imaterial de Minas Gerais, no contexto do Registro da Comunidade dos Arturos, em Contagem. Em maio de 2014, além da festa de nossa senhora do Rosário, também foram reconhecidos o Reinado/Congado e o Rito da Benzeção nos Arturos, bens culturais também relacionados a comunidade dos Arturos. Esse foi o primeiro registro de uma comunidade tradicional como patrimônio cultural, fato que expandiu a noção da categoria de lugares e que possibilita outros reconhecimentos. A comunidade é responsável pela manutenção de diversos bens culturais como Reinado, Candombe, Guarda de Congo, Guarda de Moçambique, Festa de Nossa Senhora do Rosário, Levantamento de Mastros, Construção de Tambores, Festa da Abolição, Culinária Tradicional, Festa do João do Mato, As Folias, Batuque, Conhecimento das Plantas e os Ritos de Benzeção. Segundo o Antropólogo Ruben George Oliven “Quando falamos em patrimônio cultural, estamos nos referindo direta ou indiretamente ao passado, o qual, a



exemplo do que ocorre com a tradição, é sempre construído a partir do presente”. O termo “patrimônio” - em inglês, heritage – refere-se a algo que herdamos e que, por conseguinte, deve ser protegido. O tema escolhido para o desenvolvimento do trabalho, do qual essa é uma breve introdução, tem como papel eternizar as vidas, culturas e religião dos antepassados e dos presentes indivíduos da comunidade dos Arturos. Assim como a perpetuação da forte cultura afrodescendente que permeia nosso país.



7. Origens do protestantismo nas Minas

Gabriel Neves

Graduando em História pela PUC Minas
historiadoneves@hotmail.com

Palavras-chave: Religião, Protestantismo, Evangélicos, Minas Gerais.

Segundo as estatísticas do IBGE, os cristãos Protestantes serão a maioria no Brasil em 2020. Entretanto, Minas Gerais é um dos últimos Estados do Brasil em número desses fiéis. Não obstante, podemos explicar esse fenômeno voltando nosso olhar para a colônia mineira. Partindo da Reforma Protestante no século XVI, esse trabalho buscará analisar a imigração dos protestantes da Europa para o Brasil colonial e sua ausência nas Minas Setecentistas em detrimento da hegemonia católica. Bem como, sua oportunidade de disseminação e expressão religiosa com a vinda de D. João VI para o país, analisando também sua crescente durante século XX e seu "estouro" no início dos anos 2000.



SIMPÓSIO TEMÁTICO – OFÍCIOS E RELAÇÕES DE TRABALHO NAS MINAS

Coordenação

Júlia Calvo

Doutora em Ciências Sociais pela PUC Minas
Professora do departamento de História da PUC Minas
juliacalvo1@gmail.com

Comunicações

1. BELÉM. Gustavo de Castro; PORTUGAL. Wanderson Fabrício. *“As fazendas, que pinto, não são dessas”*: o campesinato mineiro no século XVIII e suas representações em Tomás Antônio Gonzaga.
2. HAMACEK. Carolina Fernandes Del Rio. *Imigrantes em BH: a vida comercial na rua dos caetés*.
3. MORAIS. Natália Cristina Silva; SILVA. Bruna Carolina da. *A Santa Casa de Belo Horizonte: Construção e desenvolvimento em seus primeiros anos (1899 a 1916)*.
4. MOURA. Luan Carlos Barros de. *Conceitos para se estudar a História das Mestiçagens e da Escravidão*.
5. NASCIMENTO. Nariângela da Silva; MARQUES. Julia Ribeiro. *Modernidade em Minas: a criação da Cidade Industrial em Contagem – MG*.
6. PEREIRA. Márcio Mota. *Das Artes da História Natural: Relações de ofício e de saberes entre o naturalista Joaquim Veloso de Miranda e seus discípulos em Minas Gerais (1780 – 1805)*.
7. SANTOS. Igor Bruno Cavalcante dos. *Amancebar-se é também constituir família: o concubinato na Sabará setecentista*.
8. SOARES. Juliana de Souza; CRUZ. Mariana Brescia; SANTOS. Fernanda Mendes. *Trabalho escravo nas Minas Gerais: representações sociais nos Livros Didáticos*.



9. URIAS, Patrícia. *A formação de um canteiro: a arte, a técnica, o conhecimento das rochas e as parcerias profissionais.*



Resumo das Comunicações do ST – Ofícios e relações de trabalho nas Minas

1. “As fazendas, que pinto, não são dessas”: o campesinato mineiro no século XVIII e suas representações em Tomás Antônio Gonzaga

Gustavo de Castro Belém

Graduando em História pela PUC Minas
gustavo.belem@gmail.com

Wanderson Fabrício Portugal

Graduando em História pela PUC Minas
ri.touya@gmail.com

Palavras-chave: Camponês, Tomás Antônio Gonzaga, Arcadismo, Colônia.

Traço característico do arcadismo setecentista, a exaltação da vida camponesa – o bucolismo – percebe-se desde a primeira lira do Marília de Dirceu de Tomás Antônio Gonzaga. É peculiar, entretanto, que o poeta celebre imagens pastorais quando se considera a grande – ainda que não seja absoluta – dependência da sociedade colonial do século XVIII em relação ao trabalho escravo, abrangendo não apenas a mineração, mas também as atividades próprias ao campesinato. Deste modo, este trabalho investiga as relações existentes entre os pastores fictícios de Gonzaga e a realidade camponesa do período. Adota-se, para tanto, como fonte essencial o Marília de Dirceu, e, subsidiariamente, as Cartas Chilenas, na medida em que ambos, contribuem para trazer à luz o ideário do poeta. Ao mesmo tempo, com o intuito de caracterizar o campesinato das Minas, recorre-se à produção historiográfica, em especial Carlos Magno Guimarães, Liana Maria Reis, Luciano Figueiredo e José Newton Coelho de Meneses. Verifica-se que o aspecto definidor do camponês – ou, mais precisamente, do “roceiro” – e sua relação com o trabalho: ainda que seja possuidor de escravos, não pode se furtar ao labor, estando, inclusive, frequentemente acompanhado de sua família para produzir os gêneros necessários à sua subsistência. Somada à depreciação do trabalho manual típica dos segmentos dominantes da sociedade colonial setecentista e à pobreza que caracteriza a capitania das Minas no século XVIII, pode-se constatar que o estatuto do camponês era pouco



invejável aos olhos de alguém como Gonzaga. Não obstante, as figuras pastoris em Marília de Dirceu gozam de “honras de maioral”, trocam poemas escritos entre si, vivem contentes apesar da pouca riqueza e recusam-se a ser tidos como alguém “de tosco trato, de expressões grosseiro, dos frios gelos e dos sóis queimado”. O conservadorismo de Gonzaga, manifesto nas Cartas Chilenas, contribui para explicitar a distância que separa sua literatura da realidade em que estava inserido. Se, por um lado, Gonzaga não é um simples espelho das crenças de certos grupos das Minas setecentistas, também não se pode supor, por outro, que seja dono de uma subjetividade que se desenvolve ao largo do contexto social de sua época: situando-se em algum ponto entre os dois extremos, a obra do poeta permite um vislumbre do campesinato e de seu papel na capitania mineira no século XVIII.



2. Imigrantes em BH: a vida comercial na rua dos caetés

Carolina Fernandes Del Rio Hamacek
 Graduada em História pela PUC Minas
 carolinahamacek@hotmail.com

Palavras-chave: Sírios e Libaneses, Judeus, Migração, Estrangeiros, Belo Horizonte.

Assim como ocorreu em diversas grandes cidades brasileiras, a cidade de Belo Horizonte também teve em sua área central o desenvolvimento do comércio, seja ele atacadista ou varejista. Segundo Botelho (2007) Belo Horizonte pode ser considerada como uma cidade de migrantes tanto brasileiros como estrangeiros, os quais eram atraídos principalmente pela oportunidade de trabalho que se relacionava a um discurso de cidade laica, pública, que simbolizava o novo Brasil republicano em especial para os sírios, libaneses e judeus. A Rua dos Caetés atuava como importante parte do campo comercial, e integrava na formação de um triângulo do comércio que envolvia a Avenida do Comércio (a atual Avenida Santos Dumont), a Rua dos Caetés e a Avenida Amazonas. O triângulo do comércio era composto principalmente por proprietários sírios, libaneses e judeus que se destacavam pela grande quantidade de estabelecimentos nesta região. Conhecidos como “os turcos” algumas famílias derivadas do Oriente Médio que tiveram uma importante participação em relação ao comércio, recebendo certa notoriedade na construção de uma memória coletiva, intitulando uma rua de grande importância comercial. Esse trabalho tem como finalidade analisar o impacto da vinda dos imigrantes sírios, libaneses e judeus para a cidade de Belo Horizonte e os papéis que eles exerceram para a formação das ruas dos caetés. Pretende-se também discutir os novos usos e características atuais da rua dos caetés e se existe ainda alguma permanência das características do comércio dos estrangeiros na cidade e a tradição familiar. Para abarcar tal discussão no referente trabalho, foi utilizado como referencial teórico e bibliográfico: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. A migração para Belo Horizonte, 1897-1940, CALVO, Julia; Carvalho da Silva, Pedro Henrique. Sírios, libaneses e judeus – Paradoxo entre o grupo e a nação: participação e restrição em Belo Horizonte nos anos 1930 e 1940,



GOLI, Leonardo Hipólito; VILELA, Elaine Meire. Migração Internacional, Multiculturalismo: sírios e libaneses em Minas Gerais, entre outros.



3. A Santa Casa de Belo Horizonte: Construção e desenvolvimento em seus primeiros anos (1899 a 1916)

Natália Cristina Silva Moraes

Graduanda em História pela PUC Minas
nataliacristinasm@hotmail.com

Bruna Carolina da Silva

Graduanda em História
brunacsilva42@gmail.com

Palavras-chave: Santa Casa, Belo Horizonte, Assistencialismo, República Brasileira.

No presente trabalho iremos discorrer sobre a construção da Santa Casa de Belo Horizonte e o seu desenvolvimento nos primeiros anos (1899 a 1916). O objetivo é mostrar a importância que esta teve na história de Belo Horizonte, sendo a primeira instituição de saúde da primeira cidade planejada do Brasil. A Santa Casa foi resultado dos esforços públicos e privados e, mesmo carregando o nome de um tipo de organização típica dos tempos do antigo regime, sua configuração se deu nos moldes da República que estava sendo implantada no Brasil. Para realizar essa discussão utilizaremos como referenciais teóricos principais, Rita de Cássia Marques (2011) e Marco Antônio Souza (1996), além de fontes documentais.



4. Conceitos para se estudar a História das Mestiçagens e da Escravidão

Luan Carlos Barros de Moura
 Graduando em História pela UFMG
 lcbarrosmoura@gmail.com

Palavras-chave: Mestiçagem, Escravidão, Brasil Colônia, Dinâmicas de Mestiçagens, Sistema Escravista Colonial.

No Brasil, pode-se encontrar uma vasta e diversa produção sobre a história da escravidão e das mestiçagens. Ao se analisar essa produção, é possível observar que cada corrente historiográfica elaborou e articulou determinados conceitos para entender uma mesma realidade histórica. Para um bom estudo dessa temática, entender esses conceitos – isto é, seu lugar na historiografia, suas inovações e suas consequências metodológicas – é uma necessidade fundamental do pesquisador. Esta comunicação se propõe, pois, a analisar os avanços e as limitações de dois conceitos caros à historiografia da escravidão e das mestiçagens, a saber: o conceito de “sistema escravista colonial”, trabalhado por Jacob Gorender em “O escravismo colonial” de 1985 e o conceito de “dinâmicas de mestiçagens” trabalhado por Eduardo França Paiva em “Dar nome ao novo” de 2015. Nessa perspectiva, será feita uma apresentação das propostas metodológicas dessas formulações, bem como das interpretações históricas teoricamente implicadas. Far-se-á também um breve resgate da própria história desses conceitos. Para tanto, não se poderia perder de vista o extenso patrimônio documental do período escravista colonial brasileiro, em particular, o de Minas Gerais. Entender em que medida esses dois conceitos em questão são úteis para a interpretação desses documentos, ou ainda – e num sentido até mesmo mais amplo –, em que medida a documentação é uma dimensão útil para esses conceitos, é também uma preocupação desta comunicação. Nesse intuito, foram escolhidos dois casos documentados para se pôr em discussão. O primeiro é o caso de uma escrava que envenena seu senhor, rouba-lhe o cavalo e foge com as filhas dele junto a um crioulo e um mestiço (em fins do século XVIII). O segundo caso é, na verdade, uma análise das vendas de pretas(os) forras(os) em Ouro Preto e seu termo em meados do século XVIII. Esses documentos serão



confrontados aos conceitos para que se possa entender em quê cada um agrega às análises do documento. Todos os documentos trabalhados foram transcritos por este autor e se encontram disponíveis no Arquivo Público Mineiro. Em sendo cabível, far-se-ão ponderações sobre a pertinência do(s) conceito(s) de “creolization”, sobretudo os apontados por Alexandre Almeida Marcussi em “Diagonais do afeto”, de 2016.



5. Modernidade em Minas: a criação da Cidade Industrial em Contagem - MG

Nariângela da Silva Nascimento

Graduação em História pela PUC Minas

nannysilva14@gmail.com

Julia Ribeiro Marques

Graduanda em História pela PUC Minas

juliamarks@gmail.com

Palavras-chave: Ofícios e relações, Industrialização, Contagem.

A partir de 1930 no Brasil grandes projetos de industrialização são iniciados, resultantes de um desejo geral de recuperar a economia local após a crise financeira mundial da década anterior. Minas Gerais, com a economia também enfraquecida, segue a tendência nacional de buscar industrializar-se, com o governador Benedito Valadares e Juscelino Kubitschek prefeito da capital do estado, iniciam-se negociações para fortalecer a indústria mineira. Como resultado de tais movimentações políticas e econômicas para a modernização e industrialização do estado de Minas, é criada a Cidade Industrial de Contagem. O presente artigo, resultado de um levantamento exploratório e mais descritivo, vai apresentar o processo de criação do primeiro distrito industrial planejado em Minas e atualmente terceira maior cidade industrial do estado: a cidade industrial de Contagem-MG.



6. Das Artes da História Natural: Relações de ofício e de saberes entre o naturalista Joaquim Veloso de Miranda e seus discípulos em Minas Gerais (1780 – 1805)

Márcio Mota Pereira

Doutor em História pela UFMG
drmmota@yahoo.com.br

Palavras-chave: Joaquim Veloso de Miranda, História Natural, Ofícios da Terra, Minas Gerais.

As últimas duas décadas do século XVIII marcam o início de um processo de reorientação política e econômica de Portugal para com suas conquistas. Em Minas Gerais, sobretudo em função da diminuição das atividades mineradoras, o Estado português encontra na História Natural uma nova perspectiva para auferir receitas e dinamizar a economia colonial e reinol. Utilizando-se na maioria das vezes de profissionais ilustrados que frequentaram a Universidade de Coimbra reformada, Portugal deu início a uma complexa atividade de troca de exemplares dos três Reinos da natureza, confiando ainda a estes delegados outras atividades como a própria dinamização desse processo em seus domínios geográficos. Nestes sertões, o naturalista luso-brasileiro Joaquim Veloso de Miranda foi o responsável por coordenar as atividades inerentes a esta nova política de desenvolvimento econômico, bem como por instruir seus discípulos e auxiliares nas várias atividades que este esforço demandava. A presente comunicação tem por objetivo apresentar os processos que envolvem a transmissão de conhecimentos no âmbito das relações de trabalho e servidão, inclusive, direcionadas às atividades que perpassavam a História Natural, entre o naturalista em questão e seus auxiliares, no intuito de esclarecer ainda mais os préstimos realizados por esses homens para atender às demandas da Coroa portuguesa.



7. Amancebar-se é também constituir família: o concubinato na Sabará setecentista

Igor Bruno Cavalcante dos Santos
Doutorando em História pela UFOP
igor366santos@gmail.com

Palavras-chave: Família, Escravidão, mestiçagem.

Dialogando com uma recente historiografia acerca da História da Família, da Escravidão e das Mestiçagens na América Portuguesa, a presente comunicação tem o objetivo de repensar o conceito de concubinato, família, escravidão e mestiçagens na região de Sabará no transcorrer do século XVIII. Para isso, utiliza-se as devassas eclesiásticas e perscruta-se as maneiras de pensar e as formas de vivenciar as relações familiares que caracterizaram as dinâmicas coloniais, influenciando, dessa forma, não apenas a pluralidade familiar, mas o cotidiano de uma sociedade experimentada no sistema escravista. Essa comunicação, certamente, ajudará a pensar as relações concubinárias não apenas como possibilidades para se angariar a liberdade entre muitas cativas, mas, igualmente, situá-las no campo das possibilidades para o despertar de afetos e a construção de uma sociedade profundamente mestiçada.



8. Trabalho escravo nas Minas Gerais: representações sociais nos Livros Didáticos

Juliana de Souza Soares

Mestre em Educação pela PUC Minas
jusouzahist@gmail.com

Mariana Brescia Cruz

Graduanda em História pela PUC Minas
marianalvt@gmail.com

Fernanda Mendes Santos

Graduanda em História pela PUC Minas
fernanda54mendes@gmail.com

Palavras-chave: Currículo, Livro Didático, Relações de Trabalho.

Esta comunicação tem como objetivo apresentar e problematizar as diretrizes didáticas pedagógicas presentes nos documentos normativos: Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e a Lei 11.635, de 10 de março de 2008 que torna obrigatório o ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”; a partir da análise do Livro História: Sociedade e cidadania, do autor Alfredo Boulos Júnio (2017), volume 1 ao 4/Ensino Fundamental. Metodologicamente, será feito um recorte analítico nos textos e iconografias que abordam as relações de trabalho presentes na colonização portuguesa, em especial, as representações entorno de homens e mulheres escravizados e suas respectivas formas de resistência nas Minas Gerais.



9. A formação de um canteiro: a arte, a técnica, o conhecimento das rochas e as parcerias profissionais

Patrícia Urias

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG
patriciauriasbh@hotmail.com

Palavras-chave: Francisco de Lima Cerqueira, Mestre Canteiro, Arquiteto, Minas Gerais, Minho/Portugal.

O texto aborda a vida e obra do mestre canteiro Francisco de Lima Cerqueira e sua origem no norte de Portugal. O intuito, ao realizar a pesquisa, foi conhecer o local onde ele nasceu, levantar dados de seu nascimento e parentesco, como se estabeleceu a forte tradição da cantaria em sua região, quais foram as suas assimilações, assim como quais foram as parcerias profissionais firmadas no canteiros de obras das igrejas. Também objetivou-se entender como se dava a formação do ofício de canteiro, tanto sob o ponto de vista da arte, quanto sob o ponto de vista da técnica, para, a partir desses dados, conhecer o ambiente no qual o mestre canteiro foi forjado antes de se transferir para as Minas Gerais e atuar como pedreiro, canteiro, mestre de obras e, enfim, arquiteto, na igreja de São Francisco de Assis, na vila de São João del-Rei.



SIMPÓSIO TEMÁTICO – MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA EM MINAS GERAIS

Coordenação

Maria Visconti Sales

Doutoranda em História pela UFMG
 mariavisconti92@gmail.com

Comunicações

1. ALVES. Rogeria Cristina; CERQUEIRA. Karla Cristina. *A Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais: identidade e resistência*
2. DIAS. Raissa Quiterio. *A inconfidente: Hipólita e sua resistência silenciada na historiografia.*
3. FOUREAUX. Francisco Amorim Contijo. *“Eu quero a cidade dos sonhos”.*
4. LEITE. Isabel. *A sociabilidade da esquerda belo-horizontina nos anos 1960.*
5. MARCOLAN. Letícia Costa; LAGE. Marcus Vinícius Costa. *Por que o Flamengo?*
6. MARINHO. Rafael de Oliveira; JESUS. Lohayne Skarlet Souza de. *Movimentos de resistência em Minas Gerais: Comunidade dos Arturos.*
7. MOURA. Luan Carlos Barros de. *Dicionário das Mestiçagens na Ibero-América: base de dados para estudo das mestiçagens.*
8. PARANHOS. Isabella dos Santos; JESUS. Lohayne Skarlet Souza de. *Movimentos de resistência e a ocupação do espaço público: o Viaduto Santa Tereza em evidência no cenário cultural da capital mineira.*
9. SANTOS. Fernanda Mendes; CRUZ. Mariana Brescia. *A imigração judaica em Minas Gerais: uma análise do censo de 1940.*



10. VIEIRA. Rafael dos Santos; GONÇALVES. Matheus Rafael; MENDES. Marília Persechini. *Lutar e resistir: um ensaio sobre a importância do Cellos/MG para o movimento LGBTQ na contemporaneidade.*



Resumo das Comunicações do ST – Movimentos de Resistência em Minas Gerais

1. A Educação Escolar Quilombola em Minas Gerais: Identidade e resistência

Rogeria Cristina Alves

Doutoranda em História pela UFMG
rogeriaufmg@gmail.com

Karla Cristina Cerqueira

Graduanda em Filosofia pela PUC Minas

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola, Minas Gerais, Educação das Relações Étnico-Raciais.

Esta comunicação trata da organização da Educação Escolar Quilombola no estado de Minas Gerais, nos últimos três anos. Apresenta também uma breve pesquisa sobre a produção de pesquisas e trabalhos acadêmicos em nível de mestrado e doutorado, produzidos no âmbito dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, no período de 2006 a 2016, que tenham por objeto a Educação Escolar Quilombola. Objetiva-se, desta forma, apontar caminhos para o desenvolvimento dos estudos sobre a Educação Escolar Quilombola e para seu reconhecimento enquanto um potente instrumento de resistência e construção de uma Educação antirracista e emancipatória.



2. A Inconfidente: Hipólita e sua resistência silenciada na historiografia

Raissa Quiterio Dias

Graduanda em História pela PUC Minas

raissaq.dias@gmail.com

Palavras-chave: Inconfidência Mineira, Invisibilidade, Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, Representação Feminina.

Essa comunicação faz parte de uma pesquisa autônoma que pretende elucidar a participação feminina na Inconfidência Mineira, a partir da personagem de Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, pouco conhecida dentro e fora do ambiente acadêmico. Essa mulher no século XVIII, foi a figura feminina que participou mais ativamente durante e após a Inconfidência. Buscando então a discussão sobre o papel feminino na sociedade colonial mineira, bem como analisar o mutismo historiográfico entono de notáveis mulheres ao longo da História.



3. “Eu quero a cidade dos sonhos”

Francisco Amorim Contijo Foureaux

Mestre em Estudos Organizacionais e Sociedade pela UFMG

foureaux@gmail.com

Palavras-chave: Ocupação, Sofrimento Mental, Burocracia, História Crítica.

O título da comunicação livre é “Eu quero a cidade dos sonhos”. Conta a história da Ocupação do Espaço Comum Luiz Estrela. Descreve a noite do dia 25 de outubro de 2013 e a história do casarão. Naquela noite, rompida a madrugada, um ônibus estacionou para o embarque dos ocupantes. O destino ainda era secreto para alguns. Por volta das 4 horas da manhã, madrugada do dia 26, o coletivo partiu com destino: Rua Manaus 348, Santa Efigênia. Na região conhecida da “área hospitalar”, ao lado do Primeiro Batalhão de Polícia do Estado de Minas Gerais, estacionou o ônibus. Silêncio dentro dele. O segurança do CEPAI (Centro Psíquico da Adolescência e Infância), órgão da FHEMIG (Fundação Hospitalar de Minas Gerais), vigiava o lugar. Os fantasiados desceram e entraram num sobrado abandonado. Paredes em ruína, pintura descascada, tijolos a mostra, morcegos zunindo. Daquele momento em diante o Espaço foi batizado “Luiz Estrela” em homenagem a um pessoa em situação de rua, poeta, homossexual, morto no centro da cidade em 26 de junho daquele ano. Ainda hoje, as circunstâncias da morte foram pouco esclarecidas. O casarão foi abandonado pelo Estado em 1994 em péssimas condições. O edifício foi construído para ser o Hospital da Força Pública Mineira, em 1914. Em 1947, passou a ser o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil e, no fim da década de 1970, com as denúncias e a pressão pela reforma psiquiátrica, funcionou como escola para crianças “fora da normalidade”. Em 2013 já havia destino para o casarão, tornar-se-ia mais um memorial JK. Mas a ocupação mudou seu destino. Há uma fala, entre os ocupantes: “o casarão nos escolheu”. Enquanto amanhecia, a vizinhança e a polícia procuravam entender o que se dava ali. Quem seriam aqueles fantasiados, de onde viriam? Por que estavam naquele casarão? E a rede, como fosse natural, começou a estender seus fios. Os apoiadores chegavam de todos os lados, as partilhas chegavam, preparava-se a comida. Com a contradição do sistema nas mãos, reivindicavam a ação política. O patrimônio público abandonado como as pessoas e os grupos que não têm serventia na sociedade, que não são



engrenagem e mola a alimentar o “normal”. Em dezembro, depois de ações múltiplas, na rua e no Ministério Público, na festa e na Diretoria de Patrimônio do Município, nos corpos e nas paredes, o aparato jurídico burocrático reconheceu o que se dava na prática. A cessão do casarão passou para o coletivo de cultura residente desde o dia 26 de outubro de 2013.



4. A sociabilidade da esquerda belo-horizontina nos anos 1960

Isabel Leite

Pós-doutorado pela UFF
ic.leite@yahoo.com.br

Palavras-chave: Resistência, Ditadura, Bares, Belo Horizonte, Cidade

Com esta comunicação busco refletir como a geografia da cidade de Belo Horizonte favorecia o engajamento e como os lugares de diversão, cultura e estudo eram propícios para a cooptação de militantes contra a ditadura. Nos anos 1960, a sociabilidade belo-horizontina passava pela área central da cidade, onde se localizavam seus principais redutos intelectuais: cinemas, teatros, bares, repúblicas estudantis etc. Principalmente, era na área central da cidade que se localizavam as faculdades da Universidade Federal de Minas Gerais: Engenharia, Medicina, Direito, Ciências Econômicas e, um pouco mais afastada, a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Nesse círculo, principalmente a partir da segunda metade da década, pôde-se identificar um número significativo de estudantes engajados nas diversas organizações militantes de oposição à ditadura militar. Dada a proximidade desses ambientes, eram frequentes os encontros entre articulações das mais variadas tendências políticas. Belo Horizonte, no início da década de 1960, era “a um observador desavisado, a imagem de uma pacata cidade, cujos habitantes levavam uma vida que hoje nos parece incrivelmente tranquila: poucos crimes, tráfego reduzido e distrações inofensivas”. Como espaços catalisadores de militantes políticos e disseminadores de ideias de contestação ao status quo, pode-se destacar, nessa década, o Centro de Estudos Cinematográficos e o Teatro Universitário. “A revolução se socializava nos bares”, vários deles situados no então moderno edifício Arcângelo Malleta, localizado no cruzamento entre duas importantes vias de acesso, a Rua da Bahia – que se transformaria em uma parte fundamental do mapa afetivo da cidade – e a avenida Augusto de Lima. A poucos quarteirões do Maletta, na Faculdade de Ciências Econômicas, constituiu-se parte da formação do núcleo mineiro da POLOP. Falarei sobre estes e outros lugares ao longo da apresentação.



5. Por que o Flamengo?

Letícia Costa Marcolan

Graduanda em História pela PUC Minas

lmarcolan@gmail.com

Marcus Vinícius Costa Lage

Mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas

mvclage@gmail.com

Palavras-chave: Futebol, Identidade, Popular.

Nesta comunicação pretendemos analisar os fatores que contribuíram para a popularidade e a abrangência nacional do Clube de Regatas do Flamengo. Para isso, contaremos principalmente com as contribuições de Renato Soares Coutinho em sua tese/livro “Um Flamengo grande, um Brasil maior: o Clube de Regatas do Flamengo e o imaginário político nacionalista popular (1933-1955)”. Coutinho defende que as escolhas clubísticas não se resumem à conquista de títulos, como se pode imaginar, à primeira vista, envolvendo também, sobretudo, “as representações sociais que passam a compor a identidade de um clube de futebol”. Dessa forma, quais representações comporiam a identidade do Flamengo, fazendo-o despertar paixões por todo o país? Paixões que atravessam estados como: Bahia, Ceará, Paraná, Pernambuco, e também Minas Gerais, onde o Flamengo é a quarta força em termos de torcida. Para responder a essa questão, Coutinho parte sua análise da década de 1930, contexto marcado pela profissionalização do futebol em alguns dos principais centros urbanos brasileiros, como o caso do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Esse período é crucial para entendermos como os clubes que assumiram a imagem de representantes de símbolos nacionais e populares – condição que passou a ser fortemente valorizada pela propaganda estatal brasileira nas décadas de 1930 e 1940 – continuam até hoje sendo os mais queridos. Tal vínculo foi estabelecido principalmente através de ações propagandistas do clube na gestão de José Bastos Padilha em parceria com o Jornal dos Sports. E é nesse momento que o Clube de Regatas do Flamengo passou por um amplo processo de reinvenção, deixando para trás o elitismo dos tempos do amadorismo para aproximar-se cada vez mais do “popular”. Para Coutinho, essa transformação teria acompanhado a própria mudança do valor social do



futebol, que paulatinamente passou a valorizar o caráter “popular” em contraste com o futebol “civilizador e refinado”, exaltado nas décadas anteriores a 1930. É nessa transformação que o trabalhador, o pobre, o negro, ou seja, o torcedor comum, se torna o protagonista do futebol, espaço que não foi meramente cedido a ele, mas que foi conquistado, e por conta disso, os instrumentos de contestação e negociação se ampliam.



6. Movimentos de resistência em Minas Gerais: Comunidade dos Arturos

Rafael de Oliveira Marinho

Graduando em História pela PUC Minas
rafael.marinho@sga.pucminas.br

Lohayne Skarlet Souza de Jesus

Graduanda em História pela PUC Minas
lohayne.s.souza@gmail.com

Palavras-chave: Arturos.

A origem dos Arturos pode ser narrada de uma maneira alegórica que os vincula a uma matriz muito antiga. A comunidade é fruto da união de Arthur Camilo Silvério e Carmelinda Silva descendentes de escravos negros africanos, que viviam e trabalhavam, no início do século XX, na região dos atuais municípios de Contagem/MG e Esmeraldas/MG. De acordo com a historiadora Ana Lugão Rios, “Arthur Camilo era “ventre livre”, tendo nascido entre 1880 e 1885, filho de Camilo Silvério, escravo e Felisbina Rita Cândida. Arthur faleceu em 1956, tendo trabalhado na lavoura de grandes fazendas, mas também como vaqueiro, tropeiro e pequeno lavrador independente. O objetivo maior de Arthur era a unidade de sua família. Teve sucesso, pois seus descendentes formam hoje uma comunidade conhecida como “Arturos”, Em sua homenagem, que repassa, a seus netos e bisnetos, a memória de trabalho que possibilitou o surgimento da comunidade, ainda hoje vivendo nas terras adquiridas pelo ex-escravo Camilo Silvério.”(fonte: livro memórias do cativo pag 178) Com base em todas as informações sobre a Comunidade dos Arturos, é possível concluir que o entendimento e respeito à luta secular da comunidade é de extrema importância para que a comunidade sobreviva, as ações do tempo e, sobretudo o preconceito, e que perpasse suas tradições, por meio da afirmação de uma identidade, das memórias de um povo que por muitos anos fora escravizado, e conseqüentemente silenciado. Através da resistência cultural dos Arturos, todo o passado de sofrimento, pode ser lembrado hoje, como um símbolo de luta e de resistência, através de cada uma das manifestações culturais presentes nos Arturos. Sendo assim, a preservação da cultura afro-brasileira, permite o vínculo entre presente e passado, fomentando os sentimentos de afinidade, perseverança, daqueles protagonistas



geralmente esquecidos e vezes silenciados nesta grande história de luta, mas também de conquistas. As tradições reafirmam a identidade da Comunidade dos Arturos e seus integrantes que resistem dia após dia. Nela estão presentes as tradições herdadas dos pais fundadores que devem ser perpetuadas.



7. Dicionário das Mestiçagens na Ibero-América: base de dados para estudo das mestiçagens

Luan Carlos Barros de Moura
 Graduando em História pela UFMG
 lbarrosdemoura@gmail.com

Palavras-chave: Mestiçagem, Escravidão, Brasil Colônia, Minas Gerais, Dinâmicas de Mestiçagem.

O Dicionário das Mestiçagens na Ibero-América consiste num dicionário que, utilizando-se de vasto corpo documental, busca refletir como eram entendidos historicamente os termos e categorias relacionados às dinâmicas de mestiçagens e à escravidão nas Américas e na Península Ibérica – privilegiando-se a compreensão desses termos à época em que foram empregados. Essas categorias não eram meras variações gramaticais e/ou semânticas, mas constituíam formas de classificação social e de identificação, sendo usadas para se identificar e identificar "o outro". Longe de pretender trazer definições cristalizadas (como pretendem os dicionários que conhecemos), o Dicionário das Mestiçagens na Ibero-América trará os termos em seus contextos de uso, ressaltando a variedade de significados que um mesmo termo pode ter. A base de dados do Dicionário constitui-se, pois, de um aplicativo que exibe os termos até agora arrolados, fazendo relações entre eles e permitindo buscas específicas por localidade, data, idioma e fontes. Com este trabalho, pretende-se, pelo menos, inibir os anacronismos que podem ser criados caso as nossas definições atuais sejam impostas a um passado que não as conheceu. Nesse sentido, o projeto é de extrema relevância, na medida em que constitui uma ferramenta valiosa para historiadores e estudiosos do tema, que poderão entender melhor as dinâmicas de classificação e de identificação sociais desenvolvidas no passado e os sentidos históricos por trás disso. Isso se dá por meio do arrolamento de documentos de variada natureza, que atestam a diversidade dos termos ligado às mestiçagens e à escravidão e dos usos históricos deles. A metodologia utilizada para a feitura efetiva da base de dados se deu de duas formas. A primeira foi a montagem de um banco de dados simples em programa Excel, mas cujas "características" das ocorrências de cada termo foram detalhadas, facilitando a pesquisa e deixando mais claras as informações. Esse banco de dados servirá para a



alimentação da base de dados já citada. No decorrer das atividades, o projeto se mostrou mais complexo do que o que fora inicialmente pensado, de modo que a segunda etapa da montagem da base de dados ainda não foi concluída. A ferramenta foi desenvolvida pelo autor desta comunicação ao longo de ICV orientada pelo Prof. Dr. Eduardo França Paiva.



8. Movimentos de resistência e a ocupação do espaço público: o Viaduto Santa Tereza em evidência no cenário cultural da capital mineira

Isabella dos Santos Paranhos

Graduanda em História pela PUC Minas
isbellaparanhos13@gmail.com

Lohayne Skarlet Souza de Jesus

Graduanda em História pela PUC Minas
lohayne.s.souza@gmail.com

Palavras-chave: Movimentos de Resistência, Viaduto Santa Tereza, Belo Horizonte, Eventos Culturais.

O Viaduto Santa Tereza, localizado na região central da cidade de Belo Horizonte, constitui a arquitetura da cidade e vem, nos últimos anos, sendo palco de diversos eventos culturais e manifestações sociais que acontecem periodicamente na cidade. O local abaixo do viaduto, onde de fato ocorrem os eventos, representa a ocupação do espaço público por grupos historicamente e socialmente marginalizados – sobretudo pelo primeiro plano de construção da cidade que excluiu a população pobre e majoritariamente negra das áreas centrais – que, encontraram nesse espaço uma forma de resistência, afirmando sua cultura e, principalmente, afirmando sua existência frente a uma sociedade que sempre os excluiu dos mais diversos campos da esfera social. O objetivo principal deste trabalho é captar, através de um olhar histórico, contando também com perspectivas antropológicas e etnográficas, as diversas formas de manifestações culturais que podem ser observadas nesse local, uma vez que ele representa um dos principais pontos de produção e reprodução cultural urbana da capital mineira. Pretendendo, também, compreender a relevância do papel político, social e cultural deste local e sua atual importância para seus frequentadores através de uma revisão do processo histórico de sua construção e da exposição de alguns dos eventos realizados naquele espaço para interpretação dos impactos e influências que causam no público, na sociedade e na cidade de Belo Horizonte. A filósofa e educadora Marilena Chauí (1991, p. 43) afirma que “[...] a memória, seja como história da sociedade, seja como crônica das classes sociais e de seus homens ilustres, têm o papel de nos liberar do passado como fantasma, como



fardo, como assombração e como repetição”. A vivência do espaço cultural ressignificado, permite a compreensão libertadora de uma memória coletiva, transformando-a em reconhecimento e inclusão de todos no processo de construção da História.



9. A imigração judaica em Minas Gerais: uma análise do censo de 1940

Fernanda Mendes Santos

Graduada em História pela PUC Minas
fernanda54mendes@gmail.com

Mariana Brescia Cruz

Graduada em História pela PUC Minas
marianalvt@gmail.com

Palavras-chave: Judeus, Minas Gerais, Censo, Era Vargas.

Este trabalho pretende analisar a presença judaica no Brasil e em Minas Gerais, atentando-se para o contexto histórico da Alemanha na década de 30 e 40, tendo em vista que a ascensão de Hitler ao poder, em 1933, colocou em risco a vida dos milhares de judeus que viviam na Alemanha, uma vez que as políticas de exclusão e repressão aos judeus eram massivas. Nesse sentido, as opções de sobrevivência dos judeus eram bastante restritas: sair do país ou serem enviados para um campo de concentração. A partir disso, iniciou-se uma saída em massa da Alemanha e o Brasil foi visto como uma possibilidade de refúgio. No século XX, na década de 30, o Brasil escancara sua rejeição por imigrantes. Em dezembro de 1930, são publicadas medidas que restringiam a entrada de imigrantes internacionais, um reflexo da crise de 1929, com consequente crise do café. Além disso, o debate antissemita sustentado pelo governo Vargas é um indicativo do clima político no país. Entender esses acontecimentos nos possibilita refletir sobre a presença judaica no Brasil e deixar portas abertas para futuras problematizações: Como o Brasil foi considerado um refúgio para os emigrados do nazi-fascismo se sua postura muitas vezes indicou não só um antissemitismo, mas também certa intolerância à imigração? Desmistificar a ideia do Brasil como um país ideal para estrangeiros e tecer uma trajetória histórica acerca da imigração nos permite fazer uma análise crítica da presença judaica no Brasil. Dessa maneira, o censo de 1940 é aqui utilizado como uma importante fonte para a compreensão dos fluxos migratórios judaicos e do Brasil como uma opção de rota dos refugiados do nazi-fascismo. Nesse sentido, no que diz respeito aos judeus no Brasil e em Minas Gerais, percebe-se uma semelhança nas amostragens. A coexistência de diversas expressões religiosas nos dois casos é muito grande,



com um número significativo de pessoas que não tinham sua religião registrada no censo, mostrando, assim, um intenso volume de manifestações religiosas.



10. Lutar e resistir: um ensaio sobre a importância do Cellos/MG para o movimento LGBTQ na contemporaneidade

Rafael dos Santos Vieira

Graduando em História pela PUC Minas
srafael730@gmail.com

Matheus Rafael Gonçalves

Graduando em História pela PUC Minas
matheusrghistoria@gmail.com

Marília Persechini Mendes

Graduanda em História pela PUC Minas
marilia.pmendes@gmail.com

Palavras-chave: LGBTQ, Movimento, Silenciamento e Resistência.

No período de 1964 a 1985 o Brasil passou pelo maior período de resistência política no que tange a História do Brasil. A História de Minas Gerais não fica de fora, pois esse estado abrangeu um grande número de movimentos que foram censurados pelo governo ditatorial. Ademais, não podemos deixar de destacar a população do referente período, quem sabe sejam eles os maiores participantes políticos da História do Brasil e de Minas Gerais. Em vista de diversas bandeiras levantadas, destaca-se o Movimento LGBTQ, onde formas de resistências eram ressignificadas, e, em meio ao silenciamento, demonstrou para a sociedade que o espaço de fala é um direito de todos. O Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais (CELLOS / MG) é um exemplo de entidade pertencente a luta do Movimento LGBTQ que busca falar para sociedade que o exercício da cidadania é um direito de todos os cidadãos independente da sua orientação sexual, no qual a verdadeira justiça é aquela que não silencia a voz do cidadão. Sendo assim, o CELLOS é a representação de como as formas de resistências podem serem renovadas e fortalecidas para o combate mediante um “governo totalitário”, onde a conscientização de uma população se dar através da busca pelo exercício da democracia. Visando sua fundação em 08 de março de 2002, o CELLOS abrange ativistas LGBTQ que enfrentaram o silenciamento do período ditatorial e agora, mediante o dilema da Igualdade de Gênero, correm o risco de permear uma nova censura e unir forças. O objetivo deste estudo é fazer um ensaio sobre a importância do CELLOS para o movimento sem



política partidária na contemporaneidade e sua influência para novas formas de resistências em tempos autoritários. Haja visto que, em meio a perdas de direitos civis e sociais, novas formas de resistências surgiram na atual política brasileira.